

O papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da República Popular da China nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa:

Relações de cooperação entre a República Popular da
China e a República de Moçambique

Sofia Dias Ramos

Orientador: Prof. Doutor Carlos Manuel Piteira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Estratégia

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

A presente dissertação foi financiada pela Bolsa para
“Estudos sobre Macau”, concedida pela Fundação Macau

Índice

CAPÍTULO I – Introdução	p. 4
1.1. A iniciativa “ <i>One Belt One Road</i> ”	p. 4
1.2. O eixo China-África	p. 6
1.3. Geopolítica africana	p. 7
1.4. Enquadramento de Macau na política externa chinesa	p. 9
1.5. O foco China-PLP	p. 10
1.6. O triângulo China – Fórum de Macau – PALOP	p. 12
CAPÍTULO II – Enquadramento temático e metodológico	p. 12
2.1. Objecto de estudo	p. 12
2.2. Justificação da escolha do tema	p. 13
2.3. Problemática de investigação	p. 16
2.3.1. Pergunta de partida	p. 17
2.3.2. Objectivos de pesquisa	p. 17
2.4. Revisão de literatura	p. 18
2.5. Enquadramento teórico	p. 20
2.6. Conceitos centrais	p. 22
2.6.1. Geoestratégia	p. 23
2.6.2. <i>Soft Power</i>	p. 23
2.6.3. Diplomacia económica	p. 25
2.7. Enquadramento metodológico	p. 26
CAPÍTULO III – Fórum de Macau	p. 27
3.1. Especificidades da RAEM	p. 27
3.2. O surgimento do Fórum de Macau	p. 30
3.2.1. Objectivos e estrutura organizacional	p. 32
3.2.2. Conferências Ministeriais e Planos de Acção: Síntese	p. 35
CAPÍTULO IV – Relações China-Moçambique	p. 41
4.1. Moçambique na política externa chinesa	p. 41
4.1.1. Apontamento sobre a actualidade das relações bilaterais	p. 42
4.2. Moçambique no Fórum de Macau	p. 45

CAPÍTULO V – Nota final	p. 50
Referências Bibliográficas	p. 55
Apêndices	p. 64

CAPÍTULO I – Introdução

Em 1978 Deng Xiaoping subiu ao poder e implementou uma política de abertura da República Popular da China (RPC) ao exterior, mantendo a prioridade na estabilidade política interna baseada no regime do Partido Comunista Chinês (PCC), e um conjunto de reformas económicas inovadoras, ainda que sob liberalização controlada, *“de modo a que a população chinesa pudesse alcançar um nível médio de desenvolvimento”* (Cunha, 2012, p. 48) e para *“conferir ao Estado uma estrutura preparada para os desafios exigidos pela modernização”* (Cavalera, 2010, p. 74).

Resultado do sucesso da abertura ao exterior e das reformas económicas encetadas, o desenvolvimento económico e a modernização industrial aprofundaram-se e tomaram um ritmo cada vez mais acelerado e intenso. O país passou a sentir necessidade de procurar novos mercados suficientemente receptivos para escoar a sua abundante produção e emergiu *“uma procura voraz por matérias-primas e a necessidade de procurar recursos muito além das suas fronteiras”* (Moyo, 2013, p. 13).

As transformações geopolíticas e geoestratégicas decorrentes *“geraram sinergias que conduziram a China a uma gradual integração económica no sistema global, a um aumento do protagonismo no areópago internacional e à sua afirmação como um Estado director regional”* (Romana, 2005, p. 298).

Entre o final dos anos 1990 e o início do século XXI a China começou a emergir como um dos principais polos de poder mundial. Redefiniu a sua política externa e intensificou a sua presença no plano internacional. Em virtude de tudo isso, capacitou-se para uma projecção geopolítica afastada ímpar na História nacional.

A RPC iniciou então uma projecção geopolítica sem precedentes. Esta nova estratégia é preconizada pelo desejo de uma nova ordem económica e política internacional em prol *“da criação dum ambiente internacional favorável às reformas económicas em curso e a uma descompressão nas acusações ao regime”* (Romana, 2005, p. 298). Para tal, o governo chinês utiliza as potencialidades económicas do país para expandir e aprofundar as relações de que necessita de manter no exterior, levando a *“uma reconfiguração da balança de poderes e a um novo ajustamento do sistema estratégico mundial”* (Romana, 2005, p. 298).

1.1. A iniciativa “One Belt, One Road”

A China tem um pensamento estratégico definido, nomeadamente para a sua actuação no plano internacional. No âmbito dos objectivos de política externa para uma imagem internacional favorável e para a manutenção do progresso económico interno e da estabilidade política nacional e como meio de enquadrar o posicionamento geoestratégico para alcançar tais finalidades, o Presidente Xi Jinping propôs, em 2013, a iniciativa “*One Belt, One Road*” (OBOR), “Uma Faixa, Uma Rota” em português.

A iniciativa OBOR – um projecto que pretende ter impacto regional e global – tornou-se, neste sentido, a Grande Estratégia de política externa da RPC para o século XXI. Num quadro de abertura ao mundo, o país tem vindo a conceber e a implementar, em várias frentes regionais, uma estratégia baseada no exercício de *soft power* por intermédio da diplomacia económica, cujo foco é a cooperação e a conectividade inter-regional a fim de alcançar para a China um papel mais relevante a nível global.

Esta estratégia tem duas componentes: uma cintura económica terrestre (*economic land belt*) que “*includes States on the “original silk road” across Central Asia, West Asia, the Middle East and Europe*” (Leandro, 2016, p. 155) e uma rota marítima (*maritime road*) “*that connects South China maritime facilities to the African coast and through the Suez Canal into the Mediterranean Sea*” (Leandro, 2016, p. 155). As duas vertentes são complementares, pelo que uma não traz os resultados desejados sem a operacionalização da outra.

A criação e reforço de mecanismos de cooperação multilateral em concordância com acordos a nível bilateral e, nesse contexto, a construção de infraestruturas, ambas formas de estabelecimento de alianças e reforço de relações, constituem a base desta iniciativa. E os investimentos chineses direccionam-se para a construção destas infraestruturas de transportes e comunicações porque estas representam investimentos a longo-prazo e como tal aumentam os retornos expectáveis.

Assim, os quatro grandes objectivos da OBOR são o desenvolvimento de infraestruturas regionais, a promoção e o aumento da coordenação das políticas económicas regionais, a remoção de barreiras aos fluxos comerciais e o fomento de laços culturais como suporte e apoio à extensão e sucesso do projecto (Leandro, 2016).

De facto, o objectivo principal deste projecto é “*to transform the world political and economic regime from a single hegemony, to a multi-polar systems, to provide more space to the development of China together with others, leveraging China strengthen and influence global economic and political affairs*” (Leandro, 2016, p. 176). E nesse sentido, em linha com a tradição confucionista, com a estratégia *Go Global*,

com os princípios da Coexistência Pacífica e com a política de boa vizinhança assumida por Pequim, a OBOR “*relates geography, infrastructure and economic power*” (Leandro, 2016, p. 157) a fim de redefinir o mapa geoeconómico e as dinâmicas geopolíticas globais através de uma rede global multidimensional de infraestruturas.

Sendo uma iniciativa com dinâmicas inter-regionais, a lógica da OBOR fragmenta-se e caracteriza-se consoante as regiões e países e o respectivo valor geoestratégico que a China lhes confere, pelo que o enfoque da presente investigação é a dimensão da OBOR em relação à República de Moçambique e à zona do continente africano na qual o país se insere e o papel do Fórum de Macau nesse contexto.

1.2. O eixo China-África

A RPC tem vindo a projectar o seu poder emergente para espaços fora da sua tradicional e natural área de influência. Um desses espaços é África, continente no qual o envolvimento é “*characterized not by ideological considerations but by a singular focus on resource acquisition and commercial opportunism*” (Alden, 2007, p. 8) e que, como tal, “*assume uma importância primordial numa política externa dominada pela obtenção de recursos energéticos*” (Cunha, 2012, p. 338), minerais e agrícolas capazes de garantir a sustentação e a sustentabilidade da maior população do mundo e da segunda maior economia mundial e de permitir o apoio político por parte dos países da região para a actuação internacional chinesa.

O relacionamento sino-africano mais recente é originário dos anos 1950 do século XX, quando a Conferência de Bandung, em 1955, “*lançou as bases do movimento dos não-alinhados e a esperança de um desenvolvimento Sul-Sul*” (Michel & Beuret, 2009, p. 31) e quando a China apoiou os movimentos de libertação dos vários países africanos em relação às potências colonizadoras europeias em troca de votos favoráveis à admissão do país na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, e ao seu direito de assento no Conselho de Segurança (CdS). Após isso, só no final dos anos 1980, depois do desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da queda do Muro de Berlim e do fim da Guerra Fria é que a China, sedenta de recursos e a necessitar de escoar a produção nacional, viria a redescobrir África.

No início dos anos 1990 o desenvolvimento económico e a modernização industrial aprofundaram-se e o seu ritmo cada vez mais acelerado e intenso começou a fazer-se sentir. Isso resultou num aumento das necessidades energéticas, industriais e

alimentares em virtude de uma população em franco crescimento, de uma classe média em ascensão e da imperatividade de acomodação do regime político do PCC.

No início do século XXI, mais precisamente em 2006, no contexto da redefinição da sua abordagem às relações internacionais, o Governo chinês publicou o *White Paper “China’s African Policy”*, dando a conhecer ao mundo os objectivos da política externa da China para África e no mesmo ano foi firmada a parceria estratégica sino-africana. Foi então que o gigante asiático iniciou realmente a concepção de uma política africana que “*visava a obtenção e controlo na fonte de recursos energéticos e matérias-primas, o reforço dos laços políticos com os líderes africanos, e a penetração dos interesses comerciais chineses em África*” (Cunha, 2012, p. 340).

A abordagem chinesa ao continente africano é uma abordagem singular na medida em que é pautada por um apelo ao passado histórico comum de subjugação ao colonialismo e imperialismo do Ocidente e pela revitalização estratégica do espírito de Bandung e, naturalmente, dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica: “*respeito mútuo pela soberania e pela integridade territorial; pacto de não-agressão; não ingerência nos assuntos alheios; igualdade e benefícios mútuos; coexistência pacífica*” (Michel & Beuret, 2009, p. 41). Uma estratégia marcada pelo discurso da cooperação *win-win* e pela inexistência prática de condicionalidades político-ideológicas.

O continente africano tem vindo a ser negligenciado por centros de poder tradicionais como os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia (UE) e a RPC definiu esse como um dos espaços nos quais é imperativo implementar uma estratégia que articula as capacidades diplomáticas e os recursos económicos do país em prol de interesses e objectivos estratégicos nacionais. Com um papel internacional cada vez mais preponderante, o gigante asiático surge como um *challenger* ao sistema internacional e ao equilíbrio geopolítico de África.

1.3. Geopolítica africana

Falar de África em termos geopolíticos é falar de uma região que “*é ao mesmo tempo una e plural*” (Hugon, 2015, p. vii), um continente muito diversificado do ponto de vista geográfico, histórico, económico, sociocultural. Observando todos esses factores e as relações entre si podemos concluir que “*não se pode olhar para o Continente Africano como uma entidade geopolítica única mas, pelo contrário, como um mosaico geopolítico*” (Veríssimo, 2013, p. 144).

Outrora um continente periférico, África é hoje alvo de uma maior atenção, em virtude dos efeitos da revolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e do aumento da necessidade de matérias-primas (Veríssimo, 2013, p. 143), e por isso ganhou mais importância na política internacional enquanto actor geopolítico.

Actualmente, África enfrenta uma multiplicidade de desafios conjunturais e estruturais, nomeadamente ao nível das fronteiras e da etnografia, da mobilidade humana para países da região ou de fora dela (fuga a conflitos, migração económica, emigração ilegal causadora de insegurança e aproveitada pelo terrorismo internacional), do ambiente, do capital humano, dos recursos e da integração regional.

Assim, a actual ordem internacional “*que impõe novos desafios ao mundo e particularmente ao Continente Africano, também lhe oferece oportunidades*” (Veríssimo, 2013, p. 144) para definir a sua posição no quadro geopolítico global.

Então, relativamente ao enquadramento geográfico do continente para a posterior análise da geopolítica africana adoptámos duas estruturas sistemáticas. Em primeiro lugar, perfilhamos a organização geográfica estabelecida pela Organização da União Africana (OUA), hoje União Africana (UA), segundo a qual o continente está dividido em cinco regiões, sendo a África Meridional – também chamada de África Austral e designada como tal daqui em diante – a região na qual Moçambique, o nosso caso de estudo, se insere (Veríssimo, 2013, p. 140).

Em segundo lugar seguimos a divisão concebida por Veríssimo (2013) que insere igualmente Moçambique no Cone Austral do continente. Nesta concepção, Moçambique, pela sua localização, assume particular importância geoestratégica pois pertence à Southern African Development Community (SADC), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral em português, e como tal permite o acesso directo ao mar aos países integrados nessa estrutura e aos outros países que na zona não o têm. Moçambique é, pois, uma porta de entrada e saída para a África Austral e apresenta desse modo particular valor estratégico: para os países vizinhos e para actores externos com interesses na região.

Então, no contexto da sua inserção geográfica e importância geoestratégica, Moçambique, enquanto país integrado na zona da África Austral e como tal na SADC, possui “*importantes recursos minerais e vegetais essenciais ao desenvolvimento*” (Veríssimo, 2013, p. 156) e permite o controlo da Rota do Cabo, conferindo à região e ao país em particular elevada importância para os países que dependem e investem no comércio marítimo e nos transportes terrestres para o comércio transfronteiriço. A

China é um desses países e é por isso que a potência asiática confere especial valor estratégico a Moçambique no âmbito da iniciativa OBOR nesta zona do continente.

1.4. Enquadramento de Macau na política externa chinesa

No quadro da iniciativa OBOR, a política externa chinesa é direccionada para vários pontos do globo, os quais interessam aos objectivos nacionais deste país. Ora, os Países de Língua Portuguesa (PLP) agregam alguns desses pontos, nomeadamente, no continente africano, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Com relações diplomáticas definitivamente estabelecidas apenas desde a 2ª metade do século XX surgiu a necessidade de encontrar algo em comum que permitisse a concretização da aproximação, no início do século XXI, entre a China e os PALOP. Nesse sentido, o elo de ligação e enquadramento ideal para essa aproximação foi desde logo definido pela RPC como sendo a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Depois da entrega de Macau à China por parte de Portugal em 1999 surgiu, para o Governo chinês, uma *“opportunity to envisage the creation of an entity internationally relevant and nationally integrated”* (Leandro, 2016, p. 169). A região tem um elevado grau de autonomia política e económica e como tal bastante flexibilidade em reter e manter muitos dos legados coloniais portugueses, como a língua portuguesa, a herança histórico-cultural, o sistema jurídico e os direitos civis e sociais. Essa dualidade do sistema político e económico confere então características de funcionalidade a Macau, tornando-se esta região uma atractiva plataforma facilitadora de uma maior aproximação da China aos PLP e por isso aos PALOP.

A RAEM apresenta-se assim com uma dimensão distinta das tradicionais: é um território especial administrativo não-soberano, faz parte do enquadramento do Delta do Rio das Pérolas e permite o exercício de *soft power* funcional no quadro da OBOR, podendo tudo isto ser explorado no âmbito da cooperação inter-regional, ainda que limitado juridicamente aos domínios da economia, comércio, finanças, transportes marítimos, comunicações, turismo, cultura, ciência, tecnologia e desporto (Lei Básica da RAEM da RPC, 1993, p. 27).

Em suma, a RPC *“identificou na cena internacional um bloco geopolítico, com o qual se quer relacionar, que tem na língua portuguesa um património comum”* (Nóbrega, 2009, p. 127): os PLP. De facto, *“o mercado dos países de língua portuguesa, ricos em recursos naturais, e o mercado emergente com maior*

crescimento, a China, parecem formar um par perfeito” (Piteira, 2009, p. 95). Portanto, escolheu estrategicamente Macau, o ponto de encontro entre as culturas oriental e lusófona, como polo facilitador das relações e atribui-lhe “*o papel de plataforma de ligação entre a RPC e a lusofonia*” (Nóbrega, 2009, p. 127) para “*utilizar o território como base de triangulação e intermediação de relacionamentos económicos e comerciais*” (Rodrigues, s.d., p. 19) entre as partes.

Tudo isto permite, através da valorização do importante legado simbólico macaense, o alcance da triangulação Ásia-África-América Latina. Desde logo “*Pequim e o Governo da RAEM, consideraram o legado histórico de Macau como uma singularidade a preservar*” (Piteira, 2009, p. 94) precisamente em prol dessa finalidade. É nesta lógica que se concretiza, depois, a aproximação específica aos PALOP enquanto subgrupo no seio do grupo dos países participantes do Fórum de Macau.

No quadro da política externa chinesa para o século XXI e especificamente da iniciativa OBOR, Macau é portanto um instrumento complementar e de apoio ao projecto e, desde 2003, através do Fórum de Macau criado nesse ano, enquanto plataforma para a aproximação da China aos PALOP.

O futuro da região, enquadrada como parte activa no projecto da OBOR, deve então passar pelo fomento da diversificação económica para que a mesma seja cada vez mais uma plataforma de excelência de serviços para o reforço das relações de cooperação económica e comercial sino-lusófonas. Posto isto, a RAEM deve ser “*a space of trust, reliance, partaking, facilitation, dialogue, perceptions, security, cultural identity and partnership planning*” (Leandro, 2016, p. 173), um espaço “*on which business and services opportunities can find a long-term stand, in order to contribute to “one belt, one road” initiative*” (Leandro, 2016, p. 173).

Ora, o enquadramento da RAEM e dos respectivos benefícios das características lusófonas da região na acção da RPC no plano internacional tem trazido a Pequim inúmeras vantagens no seu relacionamento com os PLP, pois que essa função “*de plataforma no relacionamento da China com o mundo lusófono atribui à RAEM um papel simbólico mas importante na política externa chinesa, como facilitadora nas negociações*” (Mendes, 2013, p. 281), depois, da potência asiática com esse grupo de países no quadro do Fórum de Macau.

1.5. O Foco China-PLP: os PALOP

No contexto geográfico africano, o Governo chinês identificou então um grupo estrategicamente importante com o qual pretende, a longo-prazo, cooperar: os PLP. Este é um grupo de oito países oficialmente falantes da língua portuguesa: Portugal, Brasil, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (STP). A opção chinesa pelo investimento nos PLP passa pelo facto de este ser um grupo de países “*suficientemente amplo para permitir o acesso a todas as regiões nas quais a China está interessada: América Latina, África e Sudeste da Ásia*” (Alves, 2009, pp. 22-23) e ainda o continente europeu.

No seio deste conjunto de países existe o subgrupo dos PALOP, para o qual a China tem dirigido de forma estratégica, sobretudo desde o início do século XXI, uma estratégia de diplomacia económica de modo a concretizar os seus objectivos nacionais e a granjear influência para obter suporte no plano político internacional.

Quanto à RPC, enumeramos quatro razões pelas quais se interessa pelo grupo dos PALOP: para diversificar as suas importações de recursos alimentares, energéticos e minerais e matérias-primas relativamente aos fornecedores tradicionais politicamente instáveis como o Golfo Pérsico, para obter acesso a um enorme mercado de consumo compatível com os bens e a tecnologia de baixo custo que o país produz para exportação, para permitir experiências de internacionalização às empresas chinesas e para desenvolver e aperfeiçoar o *soft power* do país e melhorar a imagem externa, ao envolver-se na cooperação e ajuda ao desenvolvimento destes países.

Por seu lado, os PALOP mostram-se, no geral, receptivos à aproximação, presença e contributo da RPC para a economia e sociedade dos seus territórios porque “*percepcionam a China sobretudo como um importador de matérias-primas e como um parceiro de desenvolvimento*” (Alves, 2009, p. 29), o que gera a revitalização das suas economias, e porque “*a China é a maior fonte de bens de consumo e de tecnologia economicamente acessível, mais ajustada à realidade social*” (Alves, 2009, p. 30) das suas sociedades, o que eleva e melhora os padrões de vida das populações.

Ora, as economias das duas partes complementam-se: os países lusófonos africanos são detentores de valiosos recursos naturais de que a China necessita para o continuar do seu desempenho económico e desenvolvimento nacional e de alargados mercados aptos a receber os produtos chineses produzidos de forma abundante e por isso a necessitar de escoação e, por seu lado, a China detém o *know-how* e o capital necessários ao desenvolvimento socioeconómico estrutural dos PALOP. Foi nesta lógica que o Governo chinês criou, em 2003, o Fórum de Macau.

Assim, no contexto da incursão geoestratégica da RPC em África, o foco China-PALOP é o segmento no qual baseámos a abordagem à problemática da compreensão do papel do Fórum de Macau nas relações de cooperação entre a RPC e Moçambique.

1.6. O triângulo China – Fórum de Macau – PALOP

A China “*está a emergir como um agente influente no contexto do mundo lusófono*” (Alves, 2009, p. 31) e tem vindo tornar-se num dos parceiros mais importantes dos PALOP. O mercado lusófono é estratégico. Macau tem um significado simbólico, político e económico “*dada a particularidade com que se insere numa lógica de legitimação da liderança da República Popular da China no contexto dos mercados lusófonos*” (Piteira, 2009, p. 122) e é, para a China, a plataforma de excelência para o estabelecimento das ligações com esses mercados. Por isso, a região tem, pelas suas características, escala suficiente para alcançar, através da valorização do seu legado simbólico, a triangulação dos mercados Ásia-África-América Latina e é, portanto, o pólo dinamizador das actividades do Fórum de Macau.

O Fórum de Macau faz, assim, numa vertente multilateral, a convergência da estratégia de diplomacia económica da China para os PLP, com o auxílio da utilitária vertente da interculturalidade que legitima as relações entre as duas partes. Permite a maximização das potencialidades de Macau enquanto elo de ligação entre a China e os PALOP, sendo um instrumento da visão estratégica global chinesa segmentada para esse grupo de países, baseada na combinação das potencialidades diplomáticas e económicas ao serviço da política externa.

Foi, portanto, com base no triângulo estratégico China – Fórum de Macau – PALOP que analisámos, através do caso da República de Moçambique, o papel que o Fórum de Macau desempenha no posicionamento geoestratégico da RPC na Lusofonia africana, onde é executada a estratégia de *soft power* da política externa do gigante asiático, assente na diplomacia económica.

II. Enquadramento temático e metodológico

2.1. Objecto de estudo

O objecto de estudo deve ser clara e concisamente delimitado e deve estar enquadrado nas áreas de estudo nas quais a dissertação se insere.

O objecto de estudo da presente dissertação corresponde, assim, ao papel do Fórum de Macau nas relações de cooperação económica e comercial entre a RPC e a República de Moçambique. Nesse sentido, a presente investigação está integrada nas áreas científicas das Relações Internacionais e da Estratégia e o objecto de estudo implica abordagens à Geoestratégia, ao *Soft Power* e à Diplomacia Económica.

Em termos temáticos, insere-se na política externa chinesa para o século XXI. Integra-se, depois, nas relações da China com os PLP e, subsequentemente, dentro dessas, nas relações do eixo China-África. No seio do continente africano insere-se no grupo dos PALOP e em paralelo baseia-se no Fórum de Macau enquanto instrumento de acção e interacção estratégica para a aproximação aos países lusófonos africanos.

2.2. Justificação da escolha do tema

A presente investigação pretende explorar a articulação entre as relações internacionais e a estratégia e, nesse âmbito, efectuar uma abordagem, no quadro da geoestratégia, a iniciativas de diplomacia económica enquanto instrumento de *soft power*. Nesse sentido, importa demonstrar a pertinência e a importância analisar o papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da RPC nos PALOP, concretamente nas relações de cooperação entre a RPC e Moçambique.

Em primeiro lugar, a escolha do tema reflectido na problemática prende-se com interesses pessoais pela história e evolução da política externa chinesa contemporânea e, por outro lado, com as actuais dimensões relacionais económicas entre a China e os países lusófonos do continente africano. Além disso, o interesse surge também no âmbito da recente instrumentalização da RAEM, na figura do Fórum de Macau, como vértice de ligação entre as duas partes.

Desde o início do século XXI a RPC tem vindo, no quadro da sua abertura ao mundo, a emergir como um significativo polo de poder e por isso mesmo tem vindo a tornar-se progressivamente numa potência capaz de se afirmar como tal na arena internacional. A ascensão internacional e o carácter da política externa chinesa são assim um dos principais temas nas relações internacionais contemporâneas.

No âmbito da política externa chinesa para este século merece especial destaque aquela direccionada para o continente africano. A parceria sino-africana é actualmente –

enquanto relação de cooperação inter-regional – uma das dinâmicas mais vibrantes para analisar e procurar compreender de uma perspectiva geoestratégica.

Para reforçar e aprofundar a aproximação a estes países que possuem tanto valor geoestratégico e que podem representar um importante apoio político-diplomático para o posicionamento internacional da China, o Governo Central de Pequim tem vindo a valorizar da RAEM como elo de ligação para a legitimação do desenvolvimento das relações económicas e comerciais sino-lusófonas. Para tal, investe no Fórum de Macau enquanto instrumento complementar às relações bilaterais e disso surge a relevância em analisar as dinâmicas das relações sino-lusófonas que acontecem no quadro do Fórum, nomeadamente no caso sino-moçambicano.

Em segundo lugar surge a relevância do caso de estudo de Moçambique. O abrandamento e recessão das economias ditas mais desenvolvidas, como é o caso das economias da Zona Euro e a dos EUA, fez com que as atenções por parte de economias como a chinesa se passassem a centrar, não só mas também, na parte do mundo em vias de desenvolvimento – África, América Latina, Ásia. Os países destas regiões tornaram-se bastante atractivos pelas suas potencialidades por explorar e pela posse de recursos e produtos tão necessários ao desenvolvimento de países como a China. Por sua vez, a China tornou-se para estes países uma alternativa mais chamativa face à actual desconfiança e dificuldades colocadas por doadores tradicionais como o FMI e alguns países ocidentais (Macauhub, 2016c).

Actualmente a economia chinesa encontra-se num momento de reajustamento e reestruturação. Recentemente, o FMI reviu *“em alta a sua projecção para o crescimento anual da China em 2017, para 6,5 por cento, o que representa uma subida de 0,3 pontos percentuais em relação à previsão avançada pelo organismo em Outubro”* (Fórum de Macau, 2017b, para. 1) de 2016.

Por seu lado, os PALOP *“deverão ser as “estrelas” do crescimento económico em 2017 em África”* (Macauhub, 2017a, para. 1), continente em relação ao qual um relatório do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU prevê alguma recuperação, ainda que a continuidade e estabilidade da mesma não seja certa. De entre esse grupo de países, Moçambique, a par de São Tomé e Príncipe, registará o mais elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB): 5,5% (Macauhub, 2017a, para. 2).

Em Maio de 2016 foi firmado entre a China e Moçambique o estabelecimento de uma Parceria Estratégica Global, que incluiu compromissos de cooperação em diversas áreas e que teve como principal objectivo a elevação da cooperação bilateral (Portal do

Governo de Moçambique, 2016a; Observador, 2016a, para. 2). Isto demonstra a importância e valor que a RPC atribui a Moçambique bem como as oportunidades que daí podem surgir para este país lusófono da África Austral, pois este foi o primeiro país africano com o qual o gigante asiático firmou um acordo desta natureza (Macao Magazine, July 2016, p. 45).

Moçambique é, deste modo, um dos PALOP com quem a RPC tem vindo a manter estreitas relações de cooperação. Devido às dificuldades económico-financeiras que o país actualmente enfrenta e pelo recuo de doadores tradicionais (Macahub, 2016c) face à incerteza e instabilidade decorrentes disso, este país da África Austral apresenta-se bastante receptivo à cooperação e investimento chineses e está, por isso, a par de Cabo Verde, *“entre os países africanos mais favoráveis aos interesses económicos e políticos da China”* (Macahub, 2016a, para. 1).

O caso de estudo da República de Moçambique revela-se assim de análise bastante pertinente no âmbito das relações de cooperação China-PALOP: tem vindo a tornar-se num dos PALOP mais importantes para a RPC bem como a RPC se apresenta cada vez mais como um dos parceiros preferenciais e essenciais para o desenvolvimento socio-económico moçambicano (Lalbahadur & Otto, 2013).

Moçambique é o quarto maior parceiro comercial da China (O País, 2017a, para. 4) e o comércio entre os dois países aumentou para 168 milhões de dólares norte-americanos (USD) em Janeiro do presente ano, *“um crescimento de 2,24% em comparação com o que se verificou em Janeiro de 2016”* (O País, 2017a, para. 1). Em 2015 a China tornou-se o principal credor deste PALOP depois de o país ter visto o financiamento chinês aumentar 160% desde 2012 (Macahub, 2015a, para. 1). E desde 2001 que a China já perdoou a Moçambique 10 verbas de empréstimos concedidos com condições preferenciais (O País, 2016a, para. 3). Entre 2000 e 2014 o apoio financeiro da China aos PALOP ascendeu a 22,6 mil milhões de USD (Macahub, 2016d, para. 1). Nesse período, *“a ajuda oficial ao desenvolvimento da China aos PALOP foi de quase 11 mil milhões de dólares, sendo Moçambique o maior beneficiário, com 6,5 mil milhões de dólares”* (Macahub, 2016d, para. 3).

Neste contexto, o Primeiro-Ministro moçambicano Carlos Agostinho do Rosário afirmou, durante a última Conferência Ministerial do Fórum de Macau, que Moçambique vê no Fórum *“um mecanismo complementar de cooperação bilateral, que tem contribuído para elevar, consolidar e dinamizar as relações ao nível governamental, empresarial e comercial”* (MINEC, 2016a, para. 1). Além disso para

Moçambique o Fórum funciona como uma plataforma importante para o estabelecimento de diálogo e contactos com empresários e investidores chineses e para o acesso por parte de empresas e investidores moçambicanos ao mercado chinês.

E se “*the Macau Forum is not the only force behind the impressive expansion in Sino-lusophone relations, it has certainly played a crucial role in accelerating the process*” (Horta, 2012, p. 2). Com a criação desta forma institucionalizada de socialização inter-regional a RPC “*has established a strong position in the lusophone world and, despite the competition, is committed to keeping it*” (p. 2). Isto tem, por sua vez, permitido a construção de uma presença estável e sólida especificamente nos PALOP e o Fórum de Macau tem sido um instrumento utilizado para essa finalidade.

Em terceiro lugar, em virtude da investigação realizada em terreno na RAEM, a presente dissertação representa ainda um potencial contributo para o continuar da definição da posição e do papel tanto da RAEM como do Fórum de Macau na estratégia nacional e política externa chinesas e, no quadro desta última, na OBOR.

Da opção pela análise do papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da RPC nos PALOP e em específico as relações de cooperação sino-moçambicanas resulta o enfoque na dimensão económica. Nesse sentido, o foco escolhido prende-se com as dinâmicas das relações internacionais do século XXI, no seio das quais o poder económico e as potencialidades inerentes se transformaram num dos grandes activos que os Estados têm ao dispor e utilizam na defesa dos seus interesses nacionais e na busca da concretização dos seus objectivos de política externa.

A RPC é um exemplo paradigmático disso mesmo: o poder económico é colocado ao serviço dos objectivos de política externa e na presente investigação essa linha de acção é direccionada para os países lusófonos africanos. O Fórum de Macau foi um instrumento criado para auxiliar a cumprir essa finalidade, na medida em que o fomento da cooperação económica e comercial entre os países participantes é o objectivo geral deste mecanismo de cooperação trilateral.

Consideramos que este objecto de estudo, delimitado na problemática pelos conceitos de Geoestratégia, *Soft Power* e Diplomacia Económica, é portanto relevante e pertinente para investigação científica no âmbito das disciplinas das Relações Internacionais e da Estratégia e como contributo para estudos no âmbito das mesmas.

2.3. Problemática de investigação

No final dos anos 1990 do século XX a RPC deu início a uma política de abertura ao mundo sem precedentes, e uma das realidades em foco aquando da análise da inserção da RPC no sistema internacional desde então é a estratégia de envolvimento deste país asiático no continente africano.

No início do século XXI, a China "*colocou em campo um ambicioso plano geoestratégico para a África, numa rápida investida que apanhou desprevenidos os grandes centros de decisão ocidentais*" (Cunha, 2012, p. 224), nomeadamente os EUA e a UE, e instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Esta ascensão geopolítica da RPC e a sua aquisição de capacidade de projecção e de competição em novos e mais distantes espaços representa um desafio para a compreensão das relações internacionais. Esta é uma realidade que, pelas questões que coloca, é de extrema pertinência para investigação científica.

A problemática corresponde, assim, à finalidade de compreender qual o papel do Fórum de Macau enquanto plataforma para a cooperação económica e comercial entre a China e os PALOP, tendo como caso de estudo a República de Moçambique.

2.3.1. Pergunta de partida

A realização de uma investigação científica implica a formulação de um problema a fim de "*focalizar a atenção do investigador para o fenómeno em análise*" (Coutinho, 2014, p. 49). Esse problema deve ser formulado sob a forma de pergunta, que serve para circunscrever a investigação a uma área concreta e conferir uma referência basilar para elaborar a dissertação.

Neste sentido, a presente investigação pretende responder à pergunta de partida "Qual é o papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da República Popular da China nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa?", abordando nesse contexto as relações de cooperação entre a RPC e Moçambique (caso de estudo).

2.3.2. Objectivos de pesquisa

Um objectivo está relacionado com finalidades que se pretendem alcançar. A definição clara e explícita dos objectivos permite, depois, que o investigador tome as melhores decisões metodológicas. Ora, como forma de clarificar as pretensões da

investigação e da pergunta de partida que lhe dá corpo, é imperativo delinear um conjunto de objectivos de pesquisa que orientem o processo de investigação.

O presente projecto de investigação visa, como objectivo geral: “Aferir o papel do Fórum de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os PLP e verificá-lo no caso da República de Moçambique no âmbito do posicionamento geoestratégico da China face a esse PALOP da África Austral, no quadro da iniciativa OBOR”.

Este objectivo geral, de escopo amplo e abrangente, desmultiplica-se, assim, em objectivos específicos, que o desconstroem de modo a compreender como é que o mesmo deve ser atingido. Assim sendo, os objectivos específicos de pesquisa são:

- Definir a estrutura organizacional e objectivos do Fórum de Macau;
- Analisar factual e reflexivamente os compromissos assumidos pela China e pelos PLP no âmbito do Fórum de Macau até à data;
- Compreender a importância de Moçambique para a RPC e vice-versa;
- Perceber a utilidade do Fórum de Macau nas relações entre a RPC e Moçambique.

2.4. Revisão de literatura

Um dos fenómenos mais visíveis e com maior impacto nas relações internacionais do século XXI é a ascensão geopolítica da RPC e, consequentemente, o seu papel no xadrez político global. Então, o posicionamento geoestratégico da RPC em Moçambique, no quadro dos PALOP, e a estratégia de *soft power* assente na diplomacia económica são um objecto de estudo que origina diversas perspectivas teóricas.

Ora, acerca da natureza da estratégia colocada em prática no âmbito de uma renovada postura internacional, Cunha (2012) sintetiza a questão numa dialética composta por dois polos opostos: a tese da ameaça e a tese da ascensão pacífica.

A primeira corresponde à teoria de que a ascensão da China representa uma ameaça para a ordem internacional vigente, na medida em que a actual política externa chinesa é de carácter expansionista, que a “*adesão da China aos mecanismos multilaterais é meramente funcional*” (Cunha, 2012, p. 193) e que o crescente poder internacional chinês é um constrangimento aos pressupostos da ordem em vigor. A segunda corresponde, por seu lado, à “*principal resposta estratégica da liderança chinesa à teoria da ameaça*” (Cunha, 2012, p. 196) e surge na sequência da imposição

de Deng Xiaoping da necessidade de adopção de um *low profile* no plano internacional, sem aspirações hegemónicas ou pretensões de liderança mundial.

Em sequência, a China projecta os seus interesses geoestratégicos para África. Alden (2007) enumera três percepções acerca do envolvimento chinês no continente africano. A China como um parceiro de desenvolvimento, em que o envolvimento “*is driven by its own economic needs, a commitment to transmit its development experience to the continent and a desire to build effective cooperative partnerships across the developing world*” (p. 5). Como concorrente económico, segundo a qual “*China is engaged in a short-term ‘resource grab’ which, like some Western counterparts, takes little account of local needs and concerns, whether developmental, environmental or with respect to issues like human rights*” (pp. 5-6). E como um colonizador, que afirma que “*China’s new engagement in Africa is part of a long-term strategy aimed at displacing the traditional Western orientation of the continent by forging partnerships with African elites under the rubric of South solidarity*” (p. 6). Alden (2007) conclui que a abordagem chinesa a África é demasiado complexa para esta divisão simplista e defende que essa abordagem apresenta características das três dimensões (p. 125).

Quanto à existência de um plano director e preexistente no contexto do papel e presença contemporânea da China em África, Bunkenborg (2012) defende que não existe a materialização desse plano, pois que “*são as contingências na periferia em vez das decisões preconcebidas no centro, que vão determinar a forma como a política de expansão chinesa se irá desenvolver*” (p. 96). Nesse sentido, defende também que a China se adapta às circunstâncias e aos desafios que vão surgindo e a sua abordagem vai sendo moldada e adquirindo novas formas ao longo do tempo que têm vindo a durar e a evoluir as relações sino-africanas.

No caso do investimento estratégico nos PLP, a RPC opta por este grupo porque este representa uma porta de entrada para parte do mundo em vias de desenvolvimento – como é o caso dos PALOP em África – que possui aquilo de que o país necessita para manter o progresso económico e a estabilidade política interna e continuar o desenvolvimento nacional. Então, no contexto da aproximação específica aos países lusófonos africanos, Piteira (2009) afirma que Macau propicia a concretização dos interesses estratégicos chineses de âmbito económico e comercial no mundo lusófono, nomeadamente nas ex-colónias portuguesas em África. Neste sentido, o Governo chinês decidiu, em 2003, criar o Fórum de Macau, com sede na região, enquanto plataforma de

maior aproximação entre as partes e de reforço da cooperação económica e comercial que já acontece por via bilateral – tendo Macau como epicentro da relação trilateral.

Ainda relativamente ao papel da RAEM e do Fórum de Macau, Rodrigues (s.d.), salientando o papel crescente da diplomacia económica na política externa chinesa, afirma que o Fórum é de facto utilizado para a cooperação da China com os PLP (p. 4), e por isso com os PALOP. Nesse sentido, a China tem então “*usado a herança cultural de Macau como “ex-colónia” da República Portuguesa de forma a fortalecer a ligação com estes países*” (Rodrigues, s.d., p. 16) para fazer valer os seus interesses estratégicos nos mesmos. A autora refere a funcionalidade de Macau através da sua “*capacidade em se integrar, devido à dualidade do sistema político e económico em que está inserido, a nível global*” (p. 19) e a especificidade da região, que “*tem sido maximizada nos seus aspectos geoeconómicos*” (p. 19). Contudo, defende que a China tem continuado a privilegiar a via bilateral para o reforço da sua presença nos PLP (p. 20) e que isso dificulta a aferição do valor que o Fórum acrescenta às relações sino-lusófonas.

Relativamente ao caso de Moçambique, Roque & Alden (2012) afirmam que a China tem usado uma abordagem diferente comparativamente aos outros países africanos nos quais também projecta a sua influência em virtude do valor geoestratégico que Moçambique representa pela sua localização geográfica, pelos portos e recursos que este país africano possui e pela relação que mantém e tenta equilibrar, a par da cooperação e investimento chineses, com doadores tradicionais, instituições financeiras internacionais e com Organizações Não-Governamentais (ONGs).

A presente revisão de literatura e respectivo estado da arte permitiu-nos deste modo enquadrar de forma mais adequada a problemática a que a nossa questão de partida corresponde e pretende responder.

2.5. Enquadramento teórico

A presente investigação foca-se em primeiro lugar na Teoria das Relações Internacionais, designadamente numa abordagem neo-realista aos fenómenos de acção e interacção estratégica entre dois actores internacionais formalmente instituídos como tal no plano relacional externo. Em segundo lugar, foca-se na Teoria da Estratégia, isto é, na instrumentalização da diplomacia económica enquanto recursos para o exercício de *soft power* no contexto da projecção geoestratégica da RPC na África Austral e concretamente em Moçambique.

No contexto das teorias que procuram interpretar as dinâmicas das relações internacionais adoptámos os princípios fundamentais da perspectiva neo-realista. O Neo-Realismo corresponde a uma recuperação e actualização teórica do Realismo Clássico e a uma abordagem teórico-analítica inserida na perspectiva estruturalista e racionalista da teoria das relações internacionais (Santos & Ferreira, 2012).

A base do paradigma neo-realista é, assim, a prevalência dos princípios básicos do realismo clássico e as inovações introduzidas em consequência de mudanças no ambiente relacional internacional. O neo-realismo é, pois, “*um esforço de actualização adaptativa dos princípios do realismo clássico às novas condições decorrentes das alterações verificadas no plano internacional, após 1945*” (Santos & Ferreira, 2012, p. 87), nomeadamente transformações estruturais ao nível do aumento quantitativo e qualitativo de actores internacionais e das interacções entre os mesmos.

Enquanto elementos de continuidade colhidos do realismo clássico, a teoria neo-realista valoriza o princípio estatocêntrico e a racionalidade de que decorre o critério da relevância dos ganhos relativos em prol da maximização dos benefícios e da redução dos custos. Enquanto princípios inovadores, esta teoria reconhece elementos de hierarquização e ordenamento na anarquia do sistema internacional (Santos, 2014) e confere elevada importância à estrutura enquanto condicionante das acções e comportamentos dos actores nas relações internacionais e enquanto “*factor determinante dos padrões de interacção sistémica*” (Santos, 2014, p. 332).

No âmbito do neo-realismo adoptámos a abordagem do realismo neo-clássico. Esta perspectiva teórica defende a necessidade de análise às percepções diferenciadas do poder, às concepções também diferenciadas do exercício do mesmo e às perspectivas distintas dos decisores sobre aspectos e objectivos da política externa pois que os recursos e os factores de poder encontram-se desigualmente distribuídos.

Segundo o realismo neo-clássico “*a explicação da lógica comportamental dos estados deverá ser procurada nos efeitos exercidos por um conjunto de variáveis não estruturais em convergência interactiva com a estrutura*” (Santos & Ferreira, 2012, p. 100). Esta relação entre as variáveis não estruturais e as condicionantes da estrutura permite perceber que “*os estados não têm todos os mesmos interesses nem as mesmas perspectivas sobre o exercício do poder no plano da gestão do seu relacionamento internacional*” (Santos & Ferreira, 2012, p. 101). Portanto, os Estados têm diferentes capacidades e possibilidades de transformar o poder nacional em poder efectivo e de o exercer no contexto da sua projecção internacional.

No contexto da Teoria da Estratégia, Ribeiro (2010) define a estratégia como sendo “*a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo*” (p. 22). Assim, a estratégia trata de criar, organizar e utilizar os meios de coacção disponíveis, da melhor forma possível, de acordo com os princípios e regras da estratégia, de forma a alcançar os objectivos políticos fixados. O ambiente de desacordo, por sua vez, pressupõe a existência de pelo menos duas entidades estratégicas, “*os actores contrários, dotados de vontade e de capacidade, que dispõem de estruturas de comando habilitares a tomar iniciativas e a reagir às ações realizadas, de forma a negar reciprocamente a materialização de objectivos nacionais divergentes*” (Ribeiro, 2010, p. 45).

Couto (1988) operacionaliza o conceito de estratégia como sendo “*a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política*” (p. 209).

Também no âmbito da teoria da estratégia, Dias (2012) define a estratégia como sendo “*a ciência e arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objectivos por si estabelecidos, que suscitam ou podem suscitar hostilidade de uma outra vontade ou estrutura organizacional*” (p. 278).

Com base no quadro teórico acima elaborado, para a concretização do posicionamento geoestratégico da RPC nos PALOP no quadro da iniciativa OBOR, o Governo Central de Pequim investe na capitalização das potencialidades da RAEM através do Fórum de Macau enquanto plataforma para legitimar o aprofundamento das relações de cooperação económica e comercial entre a China e os PLP, tendo a República de Moçambique como caso de estudo.

Assim, no âmbito da iniciativa OBOR enquanto estratégia da política externa chinesa para o século XXI, a China investe, numa óptica realista neo-clássica, no desenvolvimento do Fórum de Macau, criado em 2003, e no reforço do seu papel enquanto plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e o segmento dos PLP. Isto para concretizar o posicionamento geoestratégico delineado para os PALOP, especificamente na República de Moçambique, país com importantes localização e recursos e por isso com elevada importância geoestratégica.

2.6. Conceitos centrais

2.6.1. Geoestratégia

A maioria das definições e operacionalizações conhecidas do conceito de geoestratégia estabelece uma relação entre factores estratégicos e geopolíticos (Veríssimo, 2013, p. 47). Nesse sentido, Brzezinski (1997) define a geoestratégia como sendo “*the strategic management of geopolitical interests*” (p. 31).

Então, tendo em conta que está assente na tentativa de compreensão das motivações políticas do Estado baseadas nas características geográficas próprias e nas do Estado para o qual projecta o poder, segundo Ariza (2005) a geoestratégia “*estudia la influencia de la geografía desde el punto de vista estratégico, de tal manera que permita el control y/o posicionamiento físico de los espacios que den, a quien los posea, ventajas geopolíticas*” (p. 92).

Por seu lado, Martins (1996) considera a geoestratégia como sendo “*o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala regional ou à mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objectivos*” (p. 36).

Na presente investigação, a geoestratégia corresponde, pois, à compreensão das motivações políticas de um Estado, a China, baseadas nas suas características geográficas – potencialidades, condicionamentos e imperativos, – e nas características de outro Estado – Moçambique, para o qual o primeiro projecta o seu poder em prol de objectivos de política externa estrategicamente fixados.

2.6.2. Soft Power

No actual ambiente relacional internacional os Estados passaram a actuar privilegiando formas de conflitualidade não armada, e como tal o *soft power* é um instrumento de exercício de poder em prol dessas estratégias de actuação.

A revolução das TIC e a globalização económica geraram o aumento e a intensificação da interdependência e interconectividade entre os actores e a desmultiplicação quantitativa e qualitativa na distribuição do poder. Este cenário identificado por Adriano Moreira como a *Complexidade Crescente* dos relacionamentos introduziu alterações no fenómeno da conflitualidade nas relações internacionais e os Estados passaram a actuar privilegiando formas de conflitualidade não armada.

Tudo isto trouxe novos contornos ao fenómeno do poder. Adriano Moreira (2014) define o poder como sendo o fruto de “*recursos materiais (tangible) e imateriais (intangible), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses*” (p. 237). O poder ganha, assim, novas perspectivas de aplicação enquanto instrumento de alteração de cenários e de prossecução de objectivos de entidades actuates na cena internacional.

Para concretizar objectivos de política externa, as formas de conflitualidade não armada são hoje instrumentos de exercício de poder preferenciais nas estratégias de actuação internacional de muitos Estados. Deste modo, a utilização da economia como modalidade de exercício de poder apresenta-se como um instrumento de acção estratégica no âmbito do *soft power*.

Nye Jr. (2004) define o *soft power* como “*the ability to get the outcomes you want without having to force people to change their behavior through threats or payments*” (p. 15), como um exercício que resulta numa “*intangible attraction that persuades us to go along with others’ purposes without any explicit threat or exchange taking place*” (p. 7) e como um conjunto de activos catalisadores de atractividade e capacidade de *agenda setting*.

Keck (2013) afirma que o que se altera não são os recursos empregues mas sim a forma como os mesmos são empregues, pois que “*rather than instruments, the distinction between hard and soft power is between the ways in which they influence (or attempt to influence) the behavior of others*” (para. 9).

Kurlantzick (2007) cunhou o termo *charm offensive* aplicado à estratégia de política externa da China no século XXI e como tal no segmento do continente africano, onde preconiza a sua imagem externa enquanto potência pacífica e responsável, que entende as necessidades dos países em desenvolvimento e que não interfere nos seus assuntos internos, e molda a percepção que o mundo tem acerca da emergência chinesa.

De facto, o conceito de *soft power* tem vindo a ser integrado no meio académico e no léxico político oficial da RPC e já é uma forma de actuação essencial na visão estratégica chinesa, nomeadamente na política externa da RPC direccionada para Moçambique no quadro do Fórum de Macau. No caso do posicionamento geoestratégico da China em Moçambique é na lógica da política externa dirigida a esse PALOP que consideramos que a diplomacia económica por meio do Fórum de Macau é exercida como instrumento de *soft power*.

2.6.3. Diplomacia económica

A diplomacia económica é, na presente investigação, considerada como um instrumento de *soft power* da política externa chinesa no âmbito do posicionamento geoestratégico do país em Moçambique, importando depois perceber o papel do Fórum de Macau nesse contexto.

Moreira (2014) afirma que a diplomacia se mantém actualmente como “*o mais importante instrumento da política internacional*” (p. 85) e segundo o autor pode ser definida como “*uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados*” (p. 85).

Segundo Magalhães (1982) a diplomacia é um instrumento ao serviço da política externa “*para estabelecer contacto pacífico entre os detentores de poder político de dois Estados*” (p. 81), contacto esse que é realizado pelos intermediários designados de diplomatas ou agentes diplomáticos.

Num ambiente internacional em permanente mudança e sucessiva evolução pautado sobretudo pela ocorrência de fenómenos de interacção estratégica que privilegiam as formas de conflitualidade não armadas, “*a comunidade diplomática de um Estado passou a desempenhar um papel significativo no seu desenvolvimento económico*” (Leal, 2014, p. 153).

Direccionando os dividendos do sucesso económico interno para a política externa, a RPC coloca em marcha uma estratégia de diplomacia económica em prol do acesso e obtenção de recursos vitais ao desenvolvimento nacional e instrumentaliza nessa estratégia, na figura do Fórum de Macau, a convergência das culturas oriental e lusófona que Macau consigna a fim de criar um ambiente favorável à concretização dos objectivos fixados para os PLP, mais especificamente para os PALOP.

Na presente investigação, a relação entre a diplomacia e a economia surge então no âmbito do exercício do *soft power*, no quadro da potencialização da interculturalidade singular de Macau através da criação do Fórum de Macau.

Com o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e o desmembramento da URSS, a agenda internacional e as relações diplomáticas deixaram de se centrar apenas em questões militares e securitárias e passaram a focar-se cada vez mais na vertente económica e o conceito de diplomacia económica ganhou relevância.

Então, a diplomacia económica resulta da articulação entre potencialidades diplomáticas e recursos económicos. Santos (2009) define o conceito como um

“strategic instrument or practice in the implementation processes of foreign policy actions for the inherent fulfilment of economic and political national interests, through creative innovation potential, promoting both the linkage between the private and public sectors and corporate internationalization developments” (pp. 95-96).

Leal (2014) defende que a diplomacia económica *“abrange políticas ligadas ao sector produtivo, ao movimento e troca de bens e serviços, aos fluxos de investimento e à informação e análise dos enquadramentos legais e internacionais”* (p. 153) e inclui também *“a exploração, promoção e captação de oportunidades de comércio e de investimento entre um país e os demais”* (p. 153).

Aliando as suas capacidades diplomáticas ao progresso económico nacional, a RPC utiliza isso mesmo como um instrumento de charneira na sua projecção geoestratégica em Moçambique, em concreto no contexto da potencialização da lusofonia plasmada no Fórum de Macau.

2.7. Enquadramento metodológico

Uma investigação *“é uma actividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objectivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais”* (Coutinho, 2014, p. 7). A multiplicidade de abordagens, modelos ou paradigmas, a dependência contextual por parte do investigador e a importância do método para a investigação científica impõem a necessidade de definição de uma estratégia metodológica em todas as suas dimensões. Desde logo, a presente investigação pretende ser um estudo exploratório de natureza estratégica, implicando deste modo a produção de dados empíricos próprios.

Quanto ao paradigma de investigação, que serve para *“unificar e legitimar a investigação tanto nos aspectos conceptuais como nos aspectos metodológicos”* (Coutinho, 2014, p. 10), optámos pelo paradigma qualitativo, que privilegia uma posição relativista face ao fenómeno a investigar e a construção indutiva de teorias, que admite várias vias metodológicas e que valoriza o papel do investigador enquanto construtor de conhecimento científico.

Quanto ao emprego, no desenvolvimento da investigação, dos *“diversos meios que ajudam e/ou orientam o investigador na sua busca do conhecimento”* (Coutinho, 2014, p. 24), a metodologia escolhida foi a perspectiva qualitativa, cujo objecto de estudo corresponde à descoberta da intenção e da finalidade e a base é o método

indutivo, na medida em que “*a teoria surge a posteriori dos factos e a partir da análise dos dados*” (Coutinho, 2014, p. 29), surgindo a teoria após a interpretação desses.

Sendo a tendência actual a de “*diversas tentativas de integração das perspectivas metodológicas quantitativa e qualitativa*” (Coutinho, 2014, p. 35) e seguindo o raciocínio das opções anteriores para a estratégia metodológica, optámos pelo método misto. Por sua vez, as técnicas são modalidades de acção auxiliares ao método, pois no âmbito de um método podem ser usadas várias técnicas metodológicas.

O trabalho de investigação no terreno foi realizado em Portugal e na RAEM. Recorremos à análise de conteúdos bibliográficos, jornalísticos, jurídicos e estatísticos, de documentos oficiais, de declarações em meios de comunicação social por parte de profissionais e especialistas relevantes e à realização de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com representantes institucionais e informadores qualificados.

Ainda, realizámos visitas a locais de interesse para a problemática em investigação, a saber: a Universidade de São José (USJ), a Universidade de Macau (UM), o Secretariado Permanente do Fórum de Macau, o Centro Cultural de Macau, a Biblioteca Central de Macau, o Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e a Fundação Macau.

Contudo, houve entrevistas que foram referidas no projecto de proposta da presente dissertação mas que, por motivos de constrangimento temporal ou impossibilidade de agenda por parte das(os) entrevistadas(os) não foram realizadas, nomeadamente ao Cônsul de Portugal em Macau, Dr. Vítor Sereno, a um membro do Gabinete de Administração do Secretariado do Fórum, ao Vice-Reitor da UM, o Professor Doutor Rui Martins e a representantes do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Delegação Económica e Comercial de Macau (DECM), do Instituto Internacional de Macau (IIM) e das embaixadas chinesa e moçambicana em Portugal.

III. Fórum de Macau

3.1. Especificidades da RAEM

Quando abordámos a questão do enquadramento da RAEM na política externa chinesa para o século XXI mencionámos desde logo o papel que a região desempenha na concretização dos objectivos chineses definidos no âmbito do segmento do projecto

da OBOR para a região da África Austral. Nessa região, o nosso foco na análise do posicionamento geoestratégico chinês é Moçambique enquanto PALOP participante do Fórum de Macau, fórum de relações internacionais criado pela China com base no investimento na potencialização da interculturalidade característica de Macau para assim legitimar o reforço e o aprofundamento das relações de cooperação com os PLP.

Neste sentido, a RAEM tem um conjunto de especificidades que fazem com que a região se apresente, através do Fórum de Macau no caso da política externa chinesa para os PLP, como um instrumento fundamental de acção e interacção estratégica para a RPC nas relações internacionais do século XXI. Depois da presença colonial portuguesa neste território e da sua transferência para a soberania chinesa, essas especificidades não foram apagadas (Mendes, 2013, p. 280) e têm sido mantidas e preservadas.

Tendo em conta as singularidades resultantes da fusão cultural que dá características únicas a Macau e que como tal representa inúmeras oportunidades para as relações da China com os PLP, o papel da RAEM deve, assim, ser analisado e prospectado considerando a região como parte integrante do território chinês: nesse contexto é-lhe conferido um estatuto internacional único, nomeadamente útil para a concretização e efectivação da aproximação sino-lusófona.

Leandro (2016) identifica quatro pilares que caracterizam e sustentam a instrumentalização da RAEM no âmbito da política externa chinesa para os PLP, concretamente para Moçambique como PALOP e país da África Austral: a localização geográfica da região, a sua herança histórica e multicultural, a especialização do mercado macaense e o seu estatuto internacional enquanto território chinês.

Quanto ao primeiro pilar, a RAEM encontra-se localizada geograficamente à entrada da Bacia do Delta do Rio das Pérolas e está ligada a todas as cidades vizinhas por *jetfoil*, estradas, pontes e caminhos-de-ferro (Leandro, 2016, p. 171). Este factor confere então funcionalidade à região, tanto em termos de cooperação regional como em termos de cooperação com os países lusófonos (Leandro, 2016, p. 172).

O segundo pilar é a herança histórica e multicultural. Os *“resquícios arquitectónicos, culturais e linguísticos da presença portuguesa continuam a ser bem visíveis”* (Mendes, 2013, p. 280) e *“as marcas da história têm sido preservadas pela Administração chinesa de Macau, com o incentivo do governo central de Pequim”* (Mendes, 2013, p. 280). Esse património material e imaterial é considerado um dos motores da diversificação económica positiva da região, um dos grandes objectivos estabelecidos por Pequim para o futuro do desenvolvimento da região.

E para a diversificação económica e valorização do papel da região na política externa chinesa para os PLP contribuem, pois, um conjunto de vantagens competitivas que Macau possui, decorrentes das suas singularidades: o investimento oficial no bilinguismo – português e chinês; a natureza, práticas e estabilidade do sistema legal e judicial; o legado das práticas europeias presente nas áreas da negociação, arbitragem e mediação e o baixo nível de barreiras comerciais fronteiriças; e a herança histórica multicultural material e imaterial (Leandro, 2016, p. 172).

No que diz respeito à especialização do mercado macaense, o terceiro pilar, *“has to be in line with the second pillar and therefore capable of supporting it”* (Leandro, 2016, p. 173) no sentido em que a diversificação económica e a especialização de mercado são inevitáveis em economias pequenas e abertas como a de Macau (Leandro, 2016, p. 173). Por sua vez, este cenário permite mais facilmente que a RAEM seja um ponto de convergência pois *“holds an advantageous position to serve as a service platform for language services, banking, research, quality, management, insurance, litigation, and Alternative Dispute Resolution (ADR)”* (p. 173). Além disso, a região actua como um polo de *branding support* *“pursuing a policy of great support to sports, cultural and entertainment happenings, exhibitions, fairs, expositions, conferences, seminars, conventions and other large gathering events”* (p. 173).

Por fim, o quarto pilar enunciado por Leandro (2016) é o estatuto internacional da RAEM, que *“should be perceived as an instrument of the Chinese sovereignty and national unity that gives international engagement flexibility”* (Leandro, 2016, p. 175) e que como tal reforça os três pilares anteriores. A personalidade legal internacional de Macau *“stands as one of the most valuable assets to the future of MSAR [Macao Special Administrative Region], as Chinese territory”* (Leandro, 2016, p. 176) no sentido em que *“tailors a distinguished role wilfully limited to the economic, cultural and social dimensions”* (Leandro, 2016, p. 176).

Assim, o estatuto de Macau *“gives the required elasticity to be legally different from other subjects of international law”* (Leandro, 2016, p. 176) na medida em que é caracterizado por capacidades económicas e sociais internacionais que conferem à região singularidades na sua presença e envolvimento no plano relacional internacional e *“delivers diplomatic flexibility to exercise presence in international fora in order to promote public diplomacy, national branding, economic facilitation and reinforces partnership activities”* (Leandro, 2016, p. 176), bem como *“has the ability to host*

international summits on a regular basis, to work with significant think tanks and be a relevant interregional partner” (p. 176).

As capacidades de actuação de Macau no plano internacional estão plasmadas no artigo 136º do Capítulo VII da Lei Básica da RAEM (Lei Básica da RAEM da RPC, 1993, p. 27). Antes de mais nada, o título do capítulo – “Assuntos Externos” (Lei Básica da RAEM da RPC, 1993, p. 26) permite desde logo uma diferenciação entre aquilo em que Macau pode interferir no plano externo, isto é, em determinados assuntos, áreas ou temáticas, e o que a RPC faz no mesmo plano – política externa em pleno. No capítulo referido o artigo 136º é aquele que na presente análise merece destaque. É nele que estão expressas as limitações que caracterizam a actuação externa que a Macau é permitida enquanto território sob a soberania da RPC.

A RAEM pode, assim, segundo o artigo 136º da Lei Básica,

“com a denominação de «Macau, China», manter e desenvolver, por si própria, relações, celebrar e executar acordos com os países e regiões ou organizações internacionais interessadas nos domínios apropriados, designadamente nos da economia, comércio, finanças, transportes marítimos, comunicações, turismo, cultura, ciência, tecnologia e desporto” (Lei Básica da RAEM da RPC, 1993, p. 27).

Esta dimensão jurídica está, por sua vez, reflectida nas competências e objectivos do Fórum de Macau e constitui por isso a essência da acção do mesmo, enquanto mecanismo de cooperação trilateral que inclui a China, Macau e os PLP.

É então a RAEM, através das suas especificidades, que *“partilha com este grupo de países todo o legado histórico, cultural e linguístico deixado pelos portugueses”* (Gaspar, 2009, p. 54) e que por isso permite que o Fórum de Macau exista como epicentro da convergência sino-lusófona. Por sua vez, por trazer novas dinâmicas a este segmento da política externa chinesa, *“o Fórum de Macau merece destaque dentro das iniciativas internacionais recentes da RPC”* (Gaspar, 2009, p. 31).

3.2. O surgimento do Fórum de Macau

Na sequência da redefinição e reorientação da sua política externa para o século XXI a RPC procura manter a estabilidade política interna e continuar o desenvolvimento económico nacional, evitar o reconhecimento de Taiwan como entidade soberana no sistema internacional, aumentar a sua influência cultural e

contrabalançar a hegemonia ocidental. Enquadrado na instrumentalização da RAEM no seio da iniciativa OBOR, o Fórum de Macau é uma iniciativa que visa servir de ferramenta ao serviço disso mesmo para o segmento dos PLP. Depois, no caso chinês, estes objectivos essencialmente políticos motivam acções no plano económico.

Nesse sentido, a RPC *“determinou para Macau um papel mais utilitário como plataforma de ligação aos países de língua portuguesa, especialmente os africanos”* (Martins, s.d., p. 2; Gaspar, 2009, p. 83). Ora, nessa senda foi também a RPC que em Outubro de 2003 teve a iniciativa de criar o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, mais conhecido por Fórum de Macau, e designado como tal daqui em diante, por ter a sua sede nesta região.

A criação deste mecanismo para a cooperação China-PLP *“aconteceu numa altura em que a Lusofonia se vinha promovendo de diversas formas”* (Martins, s.d., p. 6) e em diferentes domínios e *“foi estabelecido numa altura em que se têm vindo a criar diversos Fóruns de cooperação entre a China e diferentes regiões do globo, como África, países árabes, Mercosul, Comunidade Andina, Caraíbas e América Latina em geral”* (Martins, s.d., p. 8).

A decisão da sede do Fórum ser na RAEM

“prende-se com o peculiar contexto histórico e cultural do território, assim como com o seu enquadramento jurídico e administrativo, ambiente favorável ao comércio e investimento e características de porto franco, zona aduaneira independente, baixos custos, serem línguas oficiais o português e o chinês” (Martins, s.d., p. 9)

que fazem da região um elo de ligação ideal para o fomento da aproximação e da cooperação entre as partes.

Na presente análise, a tónica na aproximação da China aos PALOP através do Fórum de Macau acontece porque, cruzando os focos na Lusofonia e em África, estes são os países que a China teve mais em mente, face a objectivos políticos e económicos crescentes, ao promover o Fórum (Martins, s.d., p. ?; Mendes, 2013, p. 287).

Relativamente a interesses políticos, *“consciente do cada vez maior papel que desempenha na cena mundial, Pequim quer aumentar a sua influência no mundo”* (Gaspar, 2009, p. 52) e com isso pretende alcançar uma série de objectivos, a saber: obter maior influência nos países lusófonos do continente africano, de que necessita para isolar Taiwan do sistema internacional e evitar o seu reconhecimento como um Estado soberano e garantir aliados nas Organizações Internacionais (OIs), promover o

modelo de desenvolvimento chinês como alternativa aos modelos ocidentais e assim contrabalançar a hegemonia mundial norte-americana (Gaspar, 2009; Mendes, 2013).

No que diz respeito a interesses económicos, sendo actualmente a maior economia emergente do mundo, a RPC encontra-se numa situação de dependência externa em termos de necessidades abastecimento de recursos energéticos e alimentares assim como em termos de necessidades de escoamento da produção nacional e do excedente de mão-de-obra (Gaspar, 2009; Mendes, 2013). Portanto, *“a China através da sua força económica tenta alcançar objectivos políticos”* (Gaspar, 2009, p. 52) e a aproximação aos PLP serve em grande parte estas finalidades.

Assim, *“a China entendeu o potencial de cooperação e complementaridade entre a sua economia e a dos PLP”* (Gaspar, 2009, p. 53) e *“percebeu que Macau abria uma janela de oportunidade para institucionalizar esta relação com estes países”* (Gaspar, 2009, p. 53). Foi neste contexto que, de forma pragmática, Pequim promoveu o início do funcionamento do Fórum de Macau e desse modo definiu para a RAEM um novo papel na renovação nacional chinesa e na política externa do país para o presente século. Macau volta assim a assumir um papel de entreposto (Martins, s.d., p. 17), neste caso económico e cultural entre a China e os países lusófonos.

3.2.1. Objectivos e estrutura organizacional

O Fórum de Macau é um organismo para a cooperação multilateral intergovernamental entre a RPC e os PLP, com carácter de permanência. É *“por definição um mecanismo de cooperação económica e comercial, sem intenções políticas”* (Gaspar, 2009, p. 56) para dinamizar o papel de Macau como plataforma de serviços económicos, comerciais e financeiros entre as partes, sob a dependência do Ministério do Comércio da RPC (Martins, s.d., pp. 9-10; Mendes, 2013, p. 286).

Para além de representantes dos governos chinês e macaense, o Fórum de Macau integra o Brasil, Portugal, Timor-Leste e os cinco PALOP Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o mais recente membro. A cooperação neste enquadramento é por vezes apelidada de cooperação trilateral pois que o papel do Fórum é o de uma plataforma de ligação privilegiada entre os Estados-membros, para a promoção do desenvolvimento dos laços entre a RPC, a RAEM e os países lusófonos.

Os objectivos gerais do Fórum são então reforçar essa ligação entre a China e os PLP através de Macau, nomeadamente na área do intercâmbio económico e comercial e

com isso promover o desenvolvimento mútuo e especificamente “*to foster trade and economic co-operation between China and PSCs and to transform Macao into a commercial and trade services platform, taking advantage of the city’s unique historical, cultural and linguistic components*” (Macao Magazine, September 2016, p. 6), utilizando assim Macau como plataforma de ligação privilegiada entre as duas partes (Fórum de Macau, 2017a, para. 1).

Em 2004 foi estabelecido em Macau o Secretariado Permanente do Fórum de Macau “*as the executive body of the ministerial conferences and a key element in bilateral trade relations between China and PSCs*” (Platform Magazine, 2016, p. 26). O Secretariado “*promove em Macau o contacto diário entre o Ministério do Comércio da China, na figura do Secretário-Geral, e os países de língua portuguesa, que aí têm delegados em permanência*” (Mendes, 2013, p. 283) e constitui um “*mecanismo de acompanhamento que garanta o apoio logístico e financeiro, assim como a execução das actividades acordadas entre as partes*” (Gaspar, 2009, p. 56).

Em 2007 a RPC apresentou uma proposta de Regulamento para o enquadramento formal do Secretariado, à qual os PLP reagiram com duas contrapropostas com alterações consideradas por si pertinentes. E “*da conjugação da visão e propostas de Regulamento das duas partes, RPC e PLP, resultou o Regulamento de Funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum de Macau, aprovado durante a Quarta Reunião Ordinária do Secretariado*” (Gaspar, 2009, p. 57), realizada em 2008, sendo esse o Regulamento que actualmente vigora.

O Secretariado é constituído por um Secretário-Geral (SG) designado pela RPC; três Secretários-Gerais Adjuntos (SGA) – um nomeado pela RPC, outro pelo governo da RAEM e o terceiro “*escolhido por ordem alfabética dentro do grupo dos PLP, de forma rotativa, durante um mandato de três anos; e um Delegado de cada país membro do Fórum, designado pelos respectivos Governos dos países participantes*” (Gaspar, 2009, p. 57). Depois, a estrutura do Fórum é composta por três órgãos de apoio: o Gabinete de Administração, com funcionários do Ministério do Comércio chinês, encarregue do trabalho diário; o Gabinete de Apoio, com funcionários do governo macaense, que providencia os recursos necessários às actividades quotidianas; e o Gabinete de Ligação, com os Delegados representantes dos PLP e que por isso gere os contactos com estes países (Mendes, 2013, p. 283; Fórum de Macau, 2017d).

Os Delegados representantes dos PLP estão encarregues de veicular para os respectivos Governos nacionais a informação relativa ao que acontece na RAEM no

âmbito do Fórum de Macau. Essas entidades, escolhidas pelos países, são designadas como Pontos Focais e são os funcionários que por sua vez, em cada um dos países participantes, *“têm por função divulgar no seu país a informação proveniente do representante junto ao Secretariado Permanente”* (Mendes, 2013, p. 287) e restantes informações relativas ao Fórum e que *“servem para seguir e avaliar a concretização das iniciativas acordadas no âmbito do Fórum”* (Gaspar, 2009, p. 58).

No âmbito do Fórum são realizadas Conferências Ministeriais, *“encontros ao mais alto nível que se realizam em Macau no Outono, de três em três anos”* (Mendes, 2013, p. 283). Durante estas Conferências, os representantes dos Estados-membros aprovam Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial, que estabelecem as metas económicas e comerciais a alcançar no triénio seguinte e os meios de cooperação para atingi-las (Fórum de Macau, 2017c, para. 1) e cujos conteúdos incluem propostas, compromissos e linhas orientadoras para os Programas de Actividades anuais resultantes de negociações ocorridas no Secretariado Permanente em reuniões ordinárias durante a Primavera (Mendes, 2013, p. 283).

Sendo que as Conferências Ministeriais ocorrem na RAEM, cabe ao Governo Regional macaense a organização das mesmas, que desse modo *“são o momento mais emblemático da cooperação entre os países participantes, com a assinatura dos Planos de Acção”* (Revista Macau, Outubro 2016, p. 40). O facto de Macau ser o palco da realização destes encontros demonstra o reconhecimento e a valorização conferida pelo Governo Central da RPC às relações históricas de amizade e cooperação que Macau permite que existam com os países lusófonos (Novidades da Plataforma, Setembro 2016, p. 7) e demonstra a confiança de Pequim no Governo da RAEM.

Contudo, *“a existência de uma estrutura em permanência leva a que a dinâmica do Fórum Macau extravase as Conferências Ministeriais”* (Mendes, 2013, p. 283). Além de organizar os encontros regulares e reuniões extraordinárias, o Secretariado Permanente tem como funções facilitar contactos aos empresários que o solicitem, disponibilizar informação útil no *website* oficial do Fórum, financiar, com o apoio do IPIM, missões e encontros empresariais nos Estados-membros e organizar acções de formação em Macau e na RPC dirigidas a quadros dos PLP (Mendes, 2013, p. 283).

O Secretariado Permanente reúne ordinária e extraordinariamente e as deliberações são sempre tomadas por consenso (Gaspar, 2009, p. 68). As reuniões ordinárias acontecem anualmente, *“sendo presididas pelo Secretário Geral, coadjuvado pelos SGA, contando com a presença de representantes da RPC, Embaixadores dos*

PLP na China, Pontos Focais, Delegados dos países participantes, Coordenadores dos Gabinetes e funcionários ligados ao Secretariado” (Gaspar, 2009, p. 68). As reuniões extraordinárias acontecem por decisão de um dos países participantes ou do SG e nelas participam os mesmos elementos que participam nas reuniões ordinárias (p. 68). Internamente, o Secretariado reúne uma vez por mês “*em reunião de trabalho onde estão presentes o Secretário Geral, os SGA e os Delegados*” (p. 68).

Relativamente ao financiamento do Secretariado esse provém tanto do Governo Central como do Governo da RAEM mas maioritariamente deste último (excerto da entrevista a Francisca Reino). Por isso “*o esforço financeiro da RAEM tem sido significativamente maior do que o da RPC*” (Gaspar, 2009, p. 69) pois “*é Macau quem paga a maior parte da factura de funcionamento do Fórum*” (Gaspar, 2009, p. 69). Nesta lógica as actividades do Secretariado estão dependentes da capacidade e disponibilidade orçamental da RAEM.

Este cenário pode, por um lado, vulnerabilizar a existência e o funcionamento do Fórum pois a região tem menos capacidades financeiras que a RPC, mas por outro a RAEM pode beneficiar de apoios do Governo Central pois a RPC é a principal interessada na prosperidade macaense para que a região possa assim canalizar parte dessa para sustentar o funcionamento bem-sucedido deste fórum (Gaspar, 2009, p. 70).

Por sua vez, é o Secretariado Permanente que assegura a presença de elementos governamentais e empresariais dos PLP nos eventos e actividades que ocorrem na RAEM no quadro desta instituição através da cobertura das despesas relacionadas com a deslocação, o alojamento e a alimentação, pelo que à partida não podem ser alegados, por parte dos PLP, impedimentos relacionados com estes aspectos para a ausência de representantes e para a sua não participação (Gaspar, 2009, p. 69).

3.2.2. Conferências Ministeriais e Planos de Acção: Síntese

O Fórum de Macau foi estabelecido em 2003 e desde então foram realizadas cinco Conferências Ministeriais: em 2003, 2006, 2010, 2013 e 2016. Destes encontros que ocorrem de três em três anos resultam Planos de Acção que “*enquadram a cooperação do Fórum de Macau dentro de princípios e áreas específicas*” (Gaspar, 2009, p. 70) para o triénio seguinte.

Na 1ª Conferência Ministerial, para a qual a RPC enviou em representação do Governo Central a vice-Primeira-Ministra Wu Yi, ficaram definidos os princípios que

norteiam desde então a cooperação entre a China e os PLP, uma vez que os Ministros presentes “*concordaram com o estabelecimento de relações de parcerias no plano da cooperação económica e comercial, assentes nos princípios da confiança mútua, da igualdade, da reciprocidade e da complementaridade de vantagens*” (Plano de Acção 2003-2006, 2003, p. 1).

Além destes princípios orientadores ficou também acordado “*o estabelecimento de um mecanismo de acompanhamento, através da constituição de um Secretariado permanente em Macau que garantirá o apoio logístico e financeiro necessário, bem como a ligação indispensável para a concretização das iniciativas e dos projectos a implementar*” (Plano de Acção 2003-2006, 2003, p. 4) e a criação, pelos países participantes, de uma rede de Pontos Focais, responsáveis pela definição das iniciativas e dos projectos e pela garantia do acompanhamento e avaliação da execução dos mesmos (Plano de Acção 2003-2006, 2003, p. 4).

Foi, pois, este encontro que marcou o ponto de partida nas relações de cooperação sino-lusófonas por intermédio de Macau, nomeadamente nas áreas da cooperação intergovernamental, agrícola, comercial, cooperação nas áreas da agricultura e pescas, investimento e cooperação empresarial, cooperação na área da engenharia e construção de infra-estruturas, recursos naturais e desenvolvimento de recursos humanos (RH) (Revista Macau, Outubro 2016, p. 40; Gaspar, 2009, p. 71?).

Ficou ainda definido que a partir de então se realizaria anualmente e de forma rotativa nos PLP o “Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e, entretanto, em 2004 foi estabelecido o Secretariado Permanente do Fórum de Macau, com sede nessa região.

A 2ª Conferência Ministerial teve mais impacto que a anterior pela presença do Conselheiro de Estado Hua Jianmin, que presidiu à cerimónia inaugural. O Plano de Acção saído desta conferência veio alargar quantitativa e qualitativamente o escopo da cooperação relativamente ao plano anterior: para além de terem sido enriquecidas, em termos de novas metas e objectivos, as áreas de cooperação iniciadas em 2003 foram previstas e introduzidas novas áreas, entre as quais se destaca a intenção de estudar a possibilidade de criação de um mecanismo de financiamento próprio do Fórum de Macau (Revista Macau, Outubro 2016, p. 40; Plano de Acção 2007-2009, 2006, p. 6).

Neste documento é referida pela primeira vez a vontade de, no quadro do Fórum de Macau, desenvolver acções de promoção do ensino das línguas chinesa e portuguesa, sendo sublinhada a necessidade de “*tomar as medidas necessárias para desenvolver*

acções de promoção do ensino das línguas chinesa e portuguesa nos Países participantes” (Plano de Acção 2007-2009, 2006, p.5), e a cooperação no domínio do ensino superior (Plano de Acção 2007-2009, 2006, p. 5). E ficou expressa a intenção de realizar um estudo da viabilidade da criação de centros de formação próprios do Fórum destinados à capacitação profissional de quadros dos países participantes (p. 5).

Além disto, a China comprometeu-se a *“conceder aos PALOP e a Timor-Leste empréstimos em condições favoráveis no valor de 800 milhões de RMB e linhas de crédito num valor não inferior a 100 milhões de EUR, com o destino de financiar projectos de investimento público prioritário”* (Gaspar, 2009, p. 71).

Na 3ª Conferência Ministerial, ocorrida em 2010, estiveram presentes Chefes de Estado e de Governo – incluindo o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao, o que simbolizou *“o reconhecimento da importância do papel de Macau no aprofundamento dos laços de amizade, económicos e comerciais entre a China e os países de língua portuguesa e a confiança depositada pelos governos”* (Novidades da Plataforma, Setembro 2016, p. 10) da RPC e dos PLP nas potencialidades da RAEM e nas capacidades do Governo da região.

Resultados desta conferência foram as intenções de *“encorajar, de acordo com as legislações vigentes nos respectivos Países, a viabilidade da criação de Zonas Económicas Especiais”* (Plano de Acção 2010-2013, 2010, p. 3) e de *“criar uma base de dados no Fórum de Macau sobre as oportunidades de investimento e de negócios nos Países Participantes do Fórum de Macau que inclua informação em áreas de interesse empresarial”* (p. 4). Ficou igualmente expresso, pelos países participantes, o *“apreço pela iniciativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau de prestar o apoio logístico e financeiro para a criação em Macau, do Centro de Formação do Fórum de Macau”* (p. 6).

Do Plano de Acção saído deste encontro importa também salientar que, reconhecendo a importância do estabelecimento de um mecanismo de financiamento próprio do Fórum de Macau, os Ministros presentes *“apreciaram e apoiaram a criação do “Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, promovido pelas instituições financeiras do interior da China e da Região Administrativa Especial de Macau”* (Plano de Acção 2010-2013, 2010, p. 8) aberto à participação de entidades financeiras e empresas dos países participantes. Nesse sentido o Governo chinês anunciou a intenção de que esse fundo fosse criado no valor de 1000 milhões de USD para projectos realizados no âmbito do Fórum (Revista

Macau, Outubro 2016, p. 40), o que abriu novas perspectivas tanto para os governos como para as empresas.

Entretanto, foi lançado em 2011 o Centro de Formação do Fórum de Macau, para nesse serem lecionados cursos de tradução, de Português e de especialização a quadros técnicos e governamentais vindos da RAEM, do Interior da China e dos PLP (Revista Macau, Outubro 2016, p. 45). Desde então *“dozens of training courses have been offered in the areas of traditional medicine, tourism, Chinese language teaching, administration and management”* (Macao Magazine, September 2016, p. 38).

Por ter ocorrido em 2013, a 4ª Conferência Ministerial ficou marcada pela comemoração dos 10 anos de existência do Fórum de Macau. Gao Hucheng, Ministro do Comércio da RPC, afirmou que *“foi possível enfrentar a crise financeira juntos e que Macau tem tido uma função “indispensável” nesta cooperação”* (Novidades da Plataforma, Setembro 2016, p. 16). Rita Santos, secretária-geral adjunta do Fórum de Macau à data, também fez um balanço positivo dos 10 anos do Fórum, *“que em muito contribuiu para a cooperação económica, comercial e também cultural entre a China e os países de língua portuguesa”* (CCILC, 2013, para. 1), e afirmou que, volvidos 10 anos, já existe *“um ambiente frutífero para futuramente aprofundar mais e concretizar melhor o papel de serviços de plataforma de Macau”* (CCILC, 2013, para. 2).

Neste mesmo ano foi activado o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-PLP, que tinha sido anunciado em 2010, através de uma injeção de capital no valor de mil milhões de USD (Sessão de Apresentação sobre o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-PLP, 2013, p. 5). Este fundo, que conta com o apoio do Governo da RAEM, do IPIM, da Direcção dos Serviços de Economia (DSE) e de empresas de diversos sectores, tem como funções prestar serviços de apoio financeiro a empresas em busca de oportunidades de negócio mas sem o capital suficiente para investir e prestar serviços de consultadoria (Sessão de Apresentação sobre o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-PLP, 2013, p. 9).

Mas o grande destaque deste encontro foi o momento em que o vice-primeiro-ministro chinês Wang Yang, endossou a Macau a construção de um “Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa”, um “Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e um “Centro de Distribuição de Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa” (Revista Macau, Dezembro 2015, p. 31). Dessa declaração de apoio ao estabelecimento do que ficou conhecido

como os “Três Centros” resultou o surgimento do conceito “Uma Plataforma, Três Centros”, que tem vindo até hoje a se operacionalizar. No Plano de Acção resultante desta conferência ficou então expressa a intenção de estudar o estabelecimento, no quadro do Fórum de Macau, dos Três Centros (Plano de Acção 2014-2016, 2013, p. 10).

No seguimento do posicionamento de Macau como Plataforma de Serviços de Cooperação Económica e Comercial entre RPC e os PLP, expresso no 12º Plano Quinquenal do Governo Central, e em articulação com o objectivo de Pequim de estabelecer os Três Centros na RAEM, foi formalmente inaugurado em Abril de 2015 o “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

Este portal, “*sendo uma porta de entrada electrónica para a cooperação*” (IPIM, s.d., para. 2) económica e comercial sino-lusófona e coordenado com os Três Centros, “*visa maximizar a função de sinergia dos serviços on-line e off-line em paralelo, reforçar as ligações mútuas e ajudar as empresas na exploração de oportunidades de negócios*” (IPIM, s.d., para. 1).

Em Outubro de 2016 ocorreu a 5ª Conferência Ministerial, que “*foi uma das mais produtivas de sempre, com a apresentação de 18 medidas em favor dos países de língua portuguesa e de 19 outras de apoio ao desenvolvimento de Macau*” (Macauhub, 2016b, para. 1). Em torno do tema “Rumo à Consolidação das Relações Económicas e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa: Unir Esforços para a Cooperação, Construir em Conjunto a Plataforma, Partilhar os Benefícios do Desenvolvimento”, a conferência teve como base a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” (Revista Macau, Outubro 2016, p. 38) e representou “*o reconhecimento e afirmação do papel de Macau enquanto plataforma de serviços para a cooperação*” (Macauhub, 2016b, para. 2) entre a China e os PLP na figura do Fórum de Macau, assim como um conjunto de novas oportunidades para o desenvolvimento da RAEM.

No documento do Plano de Acção também saído da conferência foi reconhecida “*a necessidade de adoptar acções para divulgação de “Uma Plataforma, Três Centros” nos meios empresariais dos Países do Fórum de Macau, a fim de incrementar o nível de cooperação*” (Plano de Acção 2017-2019, 2016, p. 5) sino-lusófona.

Relativamente ao Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os PLP, foi reconhecida a importância da disponibilidade de capital para a promoção do investimento e cooperação entre os Países Participantes do Fórum de Macau desde a sua criação em 2013 e foi relevada “*a necessidade de se continuar a desenvolver as funções*

de orientação e promoção do investimento do próprio Fundo, reforçar a respectiva divulgação, bem como estimular e apoiar as empresas interessadas” (Plano de Acção 2017-2019, 2016, pp. 6-7).

No domínio do ensino e formação de RH os Ministros presentes *“reconheceram os resultados alcançados no âmbito de formação por parte do Centro de Formação do Fórum de Macau desde a sua criação” (Plano de Acção 2017-2019, 2016, p. 13) e “reiteraram a importância do ensino das línguas Chinesa e Portuguesa, nos Países Participantes do Fórum de Macau, e do reforço da formação contínua de quadros, a fim de estreitar o desenvolvimento das relações económicas e comerciais” (Plano de Acção 2017-2019, 2016, p. 13).*

Depois, é possível aferir um conjunto de factores que caracterizam, até à data, a actuação do Fórum de Macau assim como é possível verificar, através das intenções formuladas, os objectivos da instituição e das partes participantes no seio da mesma.

Em primeiro lugar é possível afirmar que ao longo dos anos sucederam na cooperação sino-lusófona, no quadro desta instituição, avanços qualitativos e avanços quantitativos. Os avanços qualitativos verificam-se por se terem vindo a incluir progressivamente, nas metas e actividades propostas no âmbito das conferências e estipuladas nos planos, novas áreas de cooperação. Os avanços quantitativos prendem-se com o aumento do número de medidas e a identificação de novas modalidades para intensificar o intercâmbio existente, criando assim as condições consideradas necessárias e adequadas para o continuar.

Em segundo lugar, é possível identificar as áreas nas quais o Fórum de Macau mais se tem focado: comércio, investimento, cooperação entre empresas e entidades financeiras, capacidade produtiva, industrialização, construção de infra-estruturas, saúde, RH (ensino de línguas e formação profissional) e cultura.

De destacar é também o facto de o grande foco de grande parte das intenções do Fórum serem os PLP de África (PALOP) e da Ásia (Timor-Leste), um dos motivos pelos quais um dos eixos centrais da presente investigação são os PALOP, e nessa lógica a opção por Moçambique enquanto caso de estudo da mesma.

Para além do apoio prioritário ao desenvolvimento dos PLP, é também visível o foco na RAEM, em termos do aperfeiçoamento do papel da região nesta relação de cooperação trilateral, a fim de que a mesma desempenhe um papel relevante – por via da figura orgânica do Fórum de Macau – como elo de ligação entre a China e os PLP, bem como no apoio ao desenvolvimento socioeconómico do território.

CAPÍTULO IV – Relações China-Moçambique

4.1. Moçambique na política externa chinesa

Actualmente, a RPC apresenta-se, no geral, capacitada a participar na concorrência por aquisição de poder nas relações internacionais do século XXI e, em particular, a aumentar a sua influência nos países lusófonos do continente africano. Ora, no âmbito da compreensão e definição do papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da RPC nos PALOP, mais especificamente nas relações de cooperação económica e comercial, optámos pelo caso de estudo da República de Moçambique.

Assim sendo, no presente capítulo pretendemos compreender a importância de Moçambique para a RPC em termos bilaterais e perceber o valor do Fórum de Macau tanto para Moçambique nas suas relações com a RPC como para esta nas suas relações com este PALOP da África Austral.

Os PALOP são um conjunto de países localizados geograficamente no mesmo continente e, como tal, com algumas características em comum, mas que diferem entre si em muitos aspectos e, por isso, a sua importância para a política externa chinesa varia, nomeadamente em termos de valor e interesse no âmbito da mesma. Nessa óptica, Moçambique apresenta particulares importância geoestratégica e importância económica para a RPC, vectores esses intimamente relacionados.

Moçambique é um país localizado na costa oriental da África Austral, delimitado a norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malawi e pela Zâmbia, a oeste pelo Zimbabué, pela África do Sul e pela Suazilândia, a sul também pela África do Sul e a leste é delimitado pelo Oceano Índico, zona conhecida como Canal de Moçambique. Portanto, no quadro da iniciativa OBOR, a Grande Estratégia da política externa chinesa para o século XXI, é um país com elevada importância geoestratégica: é uma nação portuária e, como tal, é um importante ponto de acesso ao mar e uma porta de entrada marítima para a África Austral e em especial para os países membros da SADC.

Do ponto de vista económico, pela geografia e pelo clima que o caracteriza, possui bastante importância em termos de recursos e produtos que actualmente se afiguram essenciais para países com os interesses e as necessidades da China: o carvão, o gás natural, o petróleo, a madeira e os produtos alimentares oriundos das actividades pesqueira e agrícola. E como estas potencialidades e consequentes oportunidades se apresentam em grande parte por explorar e aproveitar, Moçambique revela também, por

seu lado, necessidades para o desenvolvimento socioeconómico nacional que a China pode ajudar a colmatar: acesso a produtos de baixo custo e a tecnologias, capital financeiro e *know-how* em diversas áreas seleccionadas.

Então, na senda dos benefícios mútuos e de uma cooperação que se pretende baseada numa lógica *win-win*, esta complementaridade económica faz com que Moçambique se apresente como um país importante para a China, cujas necessidades energéticas e alimentares são crescentes e que necessita de relocalizar as suas indústrias e de escoar excedentes da sua produção nacional em virtude do processo de reestruturação económica nacional actualmente em curso (Macao Magazine, July 2016, p. 46; Fórum de Macau, 2017b), bem como de granjear o apoio político-diplomático dos PALOP para a sua actuação nas OIs e para contrapor hegemonia norte-americana.

Por seu lado, a China surge como um parceiro apetecível e fundamental para estabilidade política e recuperação económica de Moçambique, que *“atravessa uma crise económica, provocada pela queda do preço das matérias-primas, calamidades naturais, derrapagem da moeda nacional, subida galopante da inflação e aumento exponencial da dívida pública”* (O País, 2016a, para. 6) e que face a estes factores enfrenta também a desconfiança e o recuo das organizações financeiras internacionais e dos países ocidentais tradicionalmente cooperantes e consequentemente a suspensão dos fluxos financeiros provenientes desses actores (Macauhub, 2017c, para. 3).

Para além de ser um país membro da SADC porque integrado na zona da África Austral e nesse sentido com relevância para o sucesso da iniciativa OBOR, Moçambique é um PLP, mais especificamente um PALOP, e por isso é também um país participante do Fórum de Macau, instituição criada pela RPC e no sucesso e importância da qual o país asiático é o grande interessado.

Foi, pois, com base neste enquadramento que concluímos posteriormente sobre até que ponto o contributo do Fórum de Macau é relevante para a evolução e o progresso das relações bilaterais sino-moçambicanas.

4.1.1. Apontamento sobre a actualidade das relações bilaterais

Os contactos mais recentes entre o PCC e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o partido no poder desde a independência de Moçambique, começaram após a Conferência de Bandung e intensificaram-se na segunda metade dos anos 1960, quando a RPC apoiou militarmente a FRELIMO em contrapeso à influência

soviética no continente africano no contexto da Guerra Fria. As relações diplomáticas sino-moçambicanas foram formalizadas em 1975, depois da independência de Moçambique, desde logo com cooperação financeira, técnica e alimentar. A embaixada chinesa foi das primeiras a abrir nesse ano e, dois anos depois, foi inaugurada a representação diplomática moçambicana na RPC (Revista Macau, 2017a, para. 10).

O início do século XXI trouxe um novo impulso para as relações económicas entre os dois países. Este novo impulso ficou caracterizado “*por uma maior vaga de investimento chinês, que coloca esta nação entre os dez países que mais investem em Moçambique*” (Sapo Notícias, 2016, para. 5) e por um exponencial aumento do volume das trocas comerciais, pois que “*há 17 anos o valor do comércio entre a China e Moçambique cifrou-se nos 33,5 milhões de dólares norte-americanos*” (Revista Macau, 2017a, para. 20) e em 2016 “*o valor do comércio chegou aos 1860 milhões de dólares, com os produtos provenientes de Moçambique a representarem 26 por cento nessas trocas*” (Revista Macau, 2017a, para. 20).

Além disso, desde 2001 a China já perdoou a Moçambique 10 verbas de empréstimos concedidos com condições preferenciais (O País, 2016a, para.3). O mais recente foi em 2016, quando o Governo de Pequim anunciou “*em Maputo o perdão de uma dívida de 30 milhões de yuans (quatro milhões de euros) correspondentes a empréstimos isentos de juros a Moçambique, como sinal da consolidação das relações entre os dois países*” (Observador, 2016a, para. 1). Neste sentido, “*China is now Mozambique’s foremost bilateral creditor*” (Macao Magazine, July 2016, p. 47).

Todo este incremento nas relações económicas deve-se ao bom entendimento político entre os dois países. Em 2007 o então presidente chinês Hu Jintao fez uma visita de Estado a Moçambique, momento que marcou o aumento da confiança das empresas chinesas nesse país africano, cujo número de interessadas em implantar-se no mercado moçambicano se tornou crescente. De facto, “*o impacto da visita oficial foi tão grande que o investimento chinês em Moçambique passou de cerca de um milhão de dólares norte-americanos em 2006, para 61 milhões em 2007*” (Revista Macau, 2017a, para. 18) e hoje estão contabilizadas 100 empresas chinesas activas no país em áreas como a energia, agricultura, construção de infra-estruturas, pesca, imobiliário, materiais de construção, turismo, transportes e telecomunicações (Macauhub, 2017b, para. 3).

Entre 16 e 25 de Maio de 2016 foi a vez do presidente moçambicano Filipe Nyusi visitar a China. Depois do G14, grupo de países e instituições que têm financiado a dívida pública moçambicana, ter anunciado a suspensão do financiamento anual

(Macao Magazine, July 2016, p. 44), Nyusi “*flew to Beijing for a high-level official state visit that analysts were quick to interpret as a dash to negotiate financial assistance*” (Macao Magazine, July 2016, p. 45). Durante a visita o presidente moçambicano reuniu com o Presidente chinês Xi Jinping, o Primeiro-Ministro Li Keqiang e empresários.

Desta visita resultou o estabelecimento de uma Parceria Estratégica Global: para a RPC “*this is the first agreement of its kind with na African nation*” (Macao Magazine, July 2016, p. 45), documento que “*sets out 14 principles by which to govern bilateral relations, with the aim to strengthen cooperation between the army, police and intelligence services of the two countries and to strengthen Mozambique’s national defence capacity*” (Macao Magazine, July 2016, p. 45). Esta parceria faz de Moçambique um “*caso excepcional da diplomacia chinesa fora da Ásia, já que, até ao momento, só fora assinado com o Congo em África, sendo que os restantes acordos do género foram tidos apenas na Ásia*” (Revista Macau, 2017a, para. 4), com o Camboja, o Laos, o Vietname, a Birmânia e a Tailândia.

Além disso, “*Maputo e Pequim assinaram três acordos de cooperação, nomeadamente respeitantes à capacidade produtiva, à criação de zonas e parques industriais e a acordos entre empresas públicas ligadas ao petróleo*” (Revista Macau, 2017a, para. 3) e foram ainda alcançados entendimentos quanto ao estabelecimento de Zonas Económicas Especiais (ZEE).

Constatadas as necessidades urgentes de financiamento por parte do governo moçambicano, muitos analistas consideram “*China’s investment an integral part of the government’s strategy in dealing with the debt issue*” (Macao Magazine, July 2016, p. 46). E tendo em conta os objectivos da política externa chinesa, ainda que seja visível a vontade em intensificar as relações políticas entre os dois países, o foco mantém-se na dimensão económica (MINEC, 2016b), “*that is, strengthening the presence of Chinese companies and providing technological and unspecified financial support*” (Macao Magazine, July 2016, p. 46).

A diplomacia económica chinesa no contexto do posicionamento geoestratégico do país em Moçambique “*will be crucial, considering how much the debt crisis has impacted the country’s access to international financing*” (Macao Magazine, July 2016, p. 48). Quando “*many large western banks and companies are giving Mozambique the cold shoulder, China is encouraging its companies to invest heavily, creating conditions for future development*” (Macao Magazine, July 2016, p. 48) do país africano, assim como para obtenção de retornos para a estratégia de desenvolvimento nacional do país

asiático. Tudo isto trará também, obviamente, dividendos e retornos para as já referidas pretensões chinesas no que toca à aproximação estratégica a Moçambique.

Assim sendo, tendo em conta o actual estado das relações bilaterais sino-moçambicanas, Moçambique mostra-se receptivo à presença chinesa no país e por isso encara a China como uma alternativa, que se tem revelado estrategicamente, em virtude dos seus interesses nacionais e objectivos externos, mais aberta e flexível a apoiar o país africano comparativamente à recente postura dos tradicionais parceiros ocidentais e das instituições financeiras internacionais.

Indo além do âmbito bilateral, a RPC oficializou a sua estratégia de política externa para África no século XXI em 2000 aquando da primeira Cimeira Ministerial entre representantes chineses e representantes dos países do continente africano onde foi criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e, depois, segmentou de forma institucionalizada o investimento estratégico nos PLP, e por isso nos PALOP, em 2003 aquando da criação do Fórum de Macau, do qual fazem naturalmente parte os PALOP, subgrupo no qual se integra este país da África Austral. Foi o papel deste último fórum nas relações de cooperação económica e comercial sino-moçambicanas que, na presente dissertação, nos propusemos a analisar.

4.2. Moçambique no Fórum de Macau

Após analisado o contexto presente das relações bilaterais entre a RPC e a República de Moçambique, importa agora, tendo em conta os objectivos da presente investigação, aferir a importância e a utilidade do Fórum de Macau no quadro das relações de cooperação sino-moçambicanas. Para isso pretendemos demonstrar o valor que o Fórum de Macau tem para Moçambique no desenvolvimento das suas relações com a RPC, assim como o valor que este mecanismo tem, por seu lado, para as pretensões e finalidades da cooperação chinesa na África lusófona.

Moçambique tem vindo a tornar-se, em termos globais, o primeiro verdadeiro parceiro da China em África (Macao Magazine, July 2016, p. 45): actualmente, em termos bilaterais, *“a China está entre os principais parceiros comerciais de Moçambique, é um dos mais importantes financiadores e construtor de projectos de infra-estruturas e é, neste momento, o maior investidor estrangeiro”* (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Dezembro 2016, p. 6). Para isso contribuem os laços de amizade históricos e o bom e estável entendimento político entre os dois países.

Nas dinâmicas de cooperação trilateral do Fórum de Macau as relações entre a China e este país africano seguem a mesma lógica. Para a RPC, que o criou como uma plataforma de aproximação estratégica à Lusofonia, o Fórum facilita o diálogo e o estabelecimento de contactos entre empresas e investidores da China continental e de Moçambique para a penetração e implementação no mercado moçambicano e permite a promoção do aumento do conhecimento intercultural. Ainda, as dinâmicas e estruturas criadas pelo Fórum dedicadas ao sector do comércio permitem igualmente que haja mais conhecimento sobre a base de produtos que cada parte tem para oferecer, o que pode potenciar o aumento quantitativo e qualitativo das trocas comerciais, assim como facilitam o acesso por parte de Moçambique a financiamento para projectos a serem realizados no país (Macahub, 2017d, para. 5). Tudo isto com base na ligação cultural, histórica e linguística que converge na RAEM e que o Fórum promove.

Para além das visitas de governantes chineses a Moçambique no âmbito das relações bilaterais, é também por via da RAEM e do Fórum de Macau que a China reforça a presença estratégica neste PALOP da África Austral. Prova disso mesmo foi a visita da SG do Fórum a Moçambique após a realização da 5ª Conferência Ministerial (Macahub, 2017d), com o objectivo de fomentar o desenvolvimento moçambicano através da promoção e concretização das decisões tomadas durante a conferência e firmadas no plano de acção resultante desse encontro na RAEM.

Moçambique é então um dos PALOP que por ser dos mais importantes em termos estratégicos e de oportunidades de obtenção daquilo de que o desenvolvimento chinês precisa e dos que tem mais necessidades é também dos que mais atenção merece por parte da RPC no quadro do Fórum de Macau, sendo considerado, tanto aí como no âmbito bilateral, um parceiro prioritário para a cooperação chinesa em África.

Por seu lado, Moçambique manifesta “*satisfação pela iniciativa do Governo chinês em estabelecer esta plataforma de cooperação. Moçambique tem vindo a beneficiar deste mecanismo de cooperação através da participação em várias acções organizadas*” (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Dezembro 2016, p. 5) pelo mesmo, apoiando e contribuindo para o seu funcionamento desde a sua criação em 2003 (excerto da entrevista a Francisca Reino).

O Governo moçambicano considera que, ao permitir o reforço e o aprofundamento da cooperação sino-lusófona, o Fórum de Macau “*constitui uma plataforma impulsionadora do desenvolvimento económico sustentável*” (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Primavera 2017, p. 32) e nesse sentido elegeu quatro

áreas que considera como sendo prioritárias para a captação de oportunidades no quadro desta instituição: a agricultura – pilar da economia moçambicana, os recursos minerais – carvão e, recentemente, petróleo, as infra-estruturas e o turismo (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Primavera 2017, p.32) e ainda a indústria extractiva – gás natural e madeira, *“que, por sinal, são áreas que fazem parte do Plano de Acção do Fórum Macau, estando ainda reflectidas na cooperação bilateral”* (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Primavera 2017, p. 32).

Com isto, o país *“reconhece o papel que o Fórum de Macau pode desempenhar na consolidação das relações económicas”* (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Dezembro 2016, p. 5) com a China, nomeadamente na cooperação comercial e intercâmbio empresarial, e no acesso a oportunidades de investimento no grande e competitivo mercado chinês e a fluxos de financiamento público e privado para áreas consideradas prioritárias a nível nacional.

Em 2014 Moçambique abriu um consulado de representação do país na RAEM. Com isto, para além de reforçar e estimular a cooperação bilateral, o país pretende *“potenciar também os contactos através do Fórum Macau, esperando a “mobilização de mais recursos, mais capitais e mais empresas” para investirem no seu país, não apenas nos sectores tradicionalmente mais rentáveis como os hidrocarbonetos”* (Revista Macau, 2014a, para. 5) mas também na construção de infraestruturas e na modernização tecnológica e industrial, para o fomento do desenvolvimento socioeconómico nacional (Portal do Governo de Moçambique, 2016b).

A missão consular foi iniciada a cargo de Rafael Custódio Marques e segundo o diplomata o consulado surge como meio de *“contribuir para o reforço das actividades de cooperação triangular entre a República de Moçambique e a Região Administrativa Especial, no quadro de cooperação bilateral que desenvolvemos com a República Popular da China”* (Revista Macau, 2014b, para. 4).

Recentemente o Consulado-Geral de Moçambique lançou um portal de informação, que *“visa contribuir para a divulgação das potencialidades do país”* (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Dezembro 2016, p. 6), aumentando assim a difusão de informação relativa ao país, dando-o a conhecer à China, com especial incidência na RAEM, e de certa forma apoiando a representação moçambicana no Fórum de Macau.

Depois, a presença de Moçambique no Fórum de Macau propriamente dito, isto é, no contexto da representação em permanência no Secretariado Permanente e das

Conferências Ministeriais que ocorrem de três em três anos, indica que o país, apoiante expresso da instituição, dá valor a esta iniciativa da RPC e como tal tem uma presença e uma postura activas nos encontros, actividades e eventos promovidos por este mecanismo que considera complementar à cooperação bilateral com a China (MINEC, 2016a).

Ao nível do Secretariado Permanente, Francisca Reino é a delegada representante de Moçambique desde 2015, tendo sido por nós entrevistada aquando da nossa estadia na RAEM. Nessa entrevista, bem como em declarações a meios de comunicação, a delegada moçambicana refere que as áreas nas quais o país mais usufrui com a presença no Fórum são a formação de RH e a cooperação empresarial e o acesso a financiamento (excerto da entrevista a Francisca Reino).

Na perspectiva de Francisca Reino, Moçambique usufrui do produto do Fórum de Macau em áreas como a formação não curricular e a concessão bolsas de estudo e o aproveitamento de oportunidades de intercâmbio (excerto da entrevista a Francisca Reino) e o Fórum surge como uma plataforma de serviços que cria facilidades para o tecido empresarial moçambicano e no intercâmbio deste com o empresariado chinês e que permite aproveitar vantagens e oportunidades de penetração e investimento no vasto mercado chinês (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Outubro 2016, p. 43).

Ora, a avaliação que a delegada moçambicana faz do Fórum de Macau é, até á data, positiva “*pois os objectivos que nortearam a sua criação estão a surtir resultados tangíveis*” (Revista Macau, Dezembro 2015, pp. 30-31).

Ainda no que diz respeito aos objectivos de Moçambique com a presença no Fórum de Macau, agora no contexto das Conferências Ministeriais, encontros ordinários trienais, o país africano enviou representantes de nível ministerial para as primeiras quatro, nomeadamente Ministros das pastas da Indústria e Comércio e da Energia.

Na 5ª Conferência Ministerial, que decorreu em Outubro de 2016, Moçambique foi um dos PLP convidados pela RPC a fazer-se representar ao mais alto nível (Portal do Governo de Moçambique, 2016b, para. 8) e como tal enviou o Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário, o que indica que o país africano está a dar cada vez mais valor a esta plataforma de reforço da cooperação com a China. Assim como a China, ao fazer este convite a Moçambique, revela valorizar também o Fórum de Macau nas relações de cooperação com o país africano e o interesse na presença reforçada desse PALOP na instituição. À margem da conferência, Agostinho do Rosário realizou encontros bilaterais, um dos quais com o seu homólogo chinês Li Keqiang (Portal do

Governo de Moçambique, 2016b, para. 2). Com a participação nesta 5ª Conferência Ministerial, a delegação de Moçambique foi com a finalidade de tirar maior rendimento do Fórum (para. 3), essencialmente em busca de oportunidades que contribuam para a sustentabilidade e estabilidade do desenvolvimento económico nacional.

Com a presença no encontro, Moçambique procurou mobilizar mais investimentos para o país, nomeadamente no que diz respeito à implementação de parques industriais, com a agricultura a ocupar um papel central nessa questão (Portal do Governo de Moçambique, 2016b, para. 2), de modo a aumentar a produção nacional e a aumentar também assim o crescimento económico.

Então, a participação do Primeiro-Ministro na mais recente conferência ministerial, reforçando a postura moçambicana relativamente ao Fórum até então, *“revela que Moçambique presta muita atenção à cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP), no quadro do Fórum de Macau, como mecanismo complementar à cooperação já existente a nível bilateral”* (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Dezembro 2016, p. 5).

Quanto ao Plano de Acção para o triénio 2017-2019, resultante das negociações ocorridas e aprovado durante o encontro, *“vai ao encontro dos interesses e prioridades de Moçambique, particularmente no que respeita ao processo de industrialização do país e de aumento da capacidade produtiva”* (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Dezembro 2016, p. 5).

A cooperação de que Moçambique usufrui no quadro do Fórum de Macau engloba ainda a presença e participação de representantes governamentais e de quadros técnicos e profissionais moçambicanos nas várias actividades e eventos organizados pela instituição. Além disso, Moçambique foi um dos PLP que já viu ser aprovado um dos projectos que foram até ao momento remetidos para análise do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os PLP.

Beneficiando especificamente deste mecanismo de financiamento estabelecido pelo Governo chinês para a cooperação com os PLP por via da RAEM, Moçambique obteve verba para um projecto agrícola para a produção de arroz em Xai-Xai (capital da província moçambicana de Gaza) da empresa chinesa Wanbao, sendo este *“o maior projecto de cultura de arroz da China em África”* (Revista Macau, 2017a, para. 15), e recebeu financiamento da Charlestrong, uma empresa imobiliária macaense (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Dezembro 2016, p. 6; Revista Macau, 2017b, para. 4).

Depois da 5ª Conferência Ministerial, a Secretária-Geral do Fórum de Macau Xu Yingzhen encontrou-se em Maputo com o Primeiro-Ministro moçambicano. Nesse encontro *“foram abordados aspectos ligados à cooperação sino-moçambicana que ambos afirmaram ser importante nas áreas da agricultura, aumento da capacidade produtiva e melhoramento do parque industrial moçambicano com o apoio da China”* (Macauhub, 2017d, para. 2) e Xu Yingzhen garantiu *“que a instituição que dirige tudo fará para promover medidas que possam levar ao desenvolvimento de Moçambique no âmbito da cooperação acordada durante a conferência ministerial do Fórum realizada em Macau em 2016”* (Macauhub, 2017d, para. 1).

A SG do Fórum afirmou ainda que a instituição se compromete a promover e a concretizar o plano de acção saído da conferência e a materializar o memorando de entendimento relativo à elevação da capacidade produtiva resultante da mesma (Macauhub, 2017d, para. 3), bem como *“a ajudar a promover o desenvolvimento de Moçambique através da facilitação do acesso a financiamentos chineses para os diversos projectos a serem concretizados no país”* (Macauhub, 2017d, para. 4).

Através do Fórum de Macau, a RPC demonstra que também neste enquadramento pretende continuar a reforçar o seu posicionamento geoestratégico em Moçambique através do aumento e aprofundamento do apoio político e da cooperação económica para o desenvolvimento moçambicano.

Para a RPC, o Fórum de Macau é mais uma via de aproximação aos PLP, neste caso especificamente a Moçambique, desta vez com o suporte da vertente cultural, histórica e linguística que a RAEM confere e a qual partilha com os países lusófonos. Isto permite que por um lado a região ganhe relevância na estratégia nacional e por outro que essa relevância traga retornos para a concretização da política externa chinesa, institucionalizada pelo Fórum, para aquele grupo de países.

Para Moçambique, o Fórum *“é um mecanismo complementar de cooperação bilateral, que tem contribuído para elevar, consolidar e dinamizar as relações ao nível governamental, empresarial e comercial, através da operacionalização dos planos de acção adoptados”* (MINEC, 2016a, para. 1) nas conferências ministeriais.

CAPÍTULO V – Nota final

Entre o final do século XX e o início do século XXI a RPC redefiniu-se no plano interno, o que levou ao crescimento económico e fez surgir novas necessidades para o

continuar do desenvolvimento nacional, e reorientou a sua abordagem e postura no plano externo, o que tem vindo a permitir o desempenho de um papel internacional cada vez mais relevante. No âmbito da sua política externa, a China dá início à construção da iniciativa OBOR (One Belt One Road) e para tal implementa uma estratégia de *soft power* assente na diplomacia económica. Nesse sentido, fixa objectivos concretos para África e adopta um posicionamento geoestratégico específico nesse continente.

No contexto desta nova abordagem da RPC ao sistema internacional, o Fórum de Macau surge como uma forma *sui generis* de institucionalização das relações internacionais entre a RPC e os PLP, regiões geograficamente distantes e com perfis económicos, culturas e sistemas políticos distintos, mas que convergem histórica e cultural e por isso simbolicamente na RAEM, local da sede desse organismo.

Na senda do novo desígnio de transformar Macau numa plataforma de apoio ao reforço e aprofundamento da cooperação entre a China e os PLP foi criado, em 2003, por iniciativa prioritária do Governo Central (Revista Macau, Outubro 2016, p. 44), o Fórum de Macau, que cria, através da RAEM e das suas singularidades, um enquadramento para a legitimação da aproximação da China aos países lusófonos, nomeadamente aos PALOP e, no caso da presente investigação, a Moçambique.

Então, para a China, que “*salvaguarda de forma hábil interesses políticos na promoção de objectivos económicos, conquistando influência à custa da sua capacidade financeira e comercial*” (Mendes, 2013, p. 285), a criação do Fórum surge precisamente nessa linha de acção, conferindo desse modo às relações sino-lusófonas um enquadramento físico dentro do espaço geográfico de Macau e um enquadramento simbólico assente na língua portuguesa e no passado histórico enquanto elementos comuns partilhados entre os PLP e a RAEM (Gaspar, 2009, p. 54).

Assim, o Fórum de Macau constituiu, na presente investigação, a unidade analítica no contexto do posicionamento geoestratégico chinês nos PALOP no século XXI, mais especificamente na estratégia de *soft power* chinesa assente na diplomacia económica, e no seio dessa as relações de cooperação sino-moçambicanas foram o elemento analisado.

As perspectivas das várias partes integradas nas dinâmicas do Fórum de Macau variam. Para a RPC, fundadora do Fórum, a estrutura é concebida como um canal privilegiado para obter maior influência sobre os PLP e como uma plataforma legitimadora da aproximação estratégica a este grupo de países, pois que Macau, “*não sendo fundamental para a China se relacionar e ganhar influência sobre os PLP, é no*

entanto, uma via mais rápida e eficiente para este relacionamento, por diminuir as distâncias geográficas, culturais e linguísticas” (Gaspar, 2009, p. 88) entre as partes.

Após a investigação no terreno, foi verificada a disparidade contrastante entre o discurso chinês e o que acontece na prática. O discurso veiculado é o de que a base do Fórum é a convergência de interesses, de necessidades e de objectivos e que os princípios que norteiam essa convergência são a partilha de interesses, os benefícios mútuos e a complementaridade de vantagens, tudo em prol do incremento da cooperação económica e comercial, para além. De facto, no ano passado, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang afirmou *“que o governo central apoia Macau no desempenho de um papel de charneira na “Uma Faixa, Uma Rota” e no aprofundamento da construção do seu papel enquanto plataforma de serviços para a cooperação”* (Boletim Trimestral do Fórum de Macau, Primavera 2017, p. 44) entre a RPC e os PLP.

Mas o que acontece na prática é que o Fórum existe e funciona essencialmente em torno dos interesses externos da RPC, que *“através das suas maiores forças, que são os instrumentos económicos e comerciais, e por intermédio de Macau, promove uma aproximação política”* (Gaspar, 2009, p. 88) e geoestratégica aos PLP. Além disso, a institucionalização permanente das relações que o Fórum proporciona, sendo um organismo dotado de permanência, pode possibilitar o aumento do conhecimento e da confiança entre as partes (Gaspar, 2009, p. 90).

Para os PLP o mecanismo é encarado como uma plataforma complementar às relações bilaterais com a China, que como tal pode permitir reforçar a sua posição negocial (Gaspar, 2009, p. 101), sobretudo em termos de acesso a financiamento de projectos e a investimentos em áreas seleccionadas.

No caso de Moçambique, o Fórum é encarado como uma plataforma segura de cooperação (MINEC, 2013, para. 9) com a China e que *“pode facilitar as negociações e a tomada de decisão no plano bilateral”* (Mendes, 2013, p. 288). No entanto, apesar de haver vontade política essa não se concretiza na prática (excerto da entrevista a Francisca Reino) e em substância, isto é, em projectos concretos e de número e volume significativo, já que praticamente toda a cooperação económica sino-moçambicana acontece no âmbito bilateral (Revista Macau, Dezembro 2015, p. 32).

Para a RAEM, em virtude das singularidades que caracterizam o território, a existência do Fórum eleva, em termos de política interna, a importância da região nas políticas de desenvolvimento nacional e na estratégia de cooperação regional da China

e, em termos de política externa, confere à região, que assim ganha mais visibilidade internacional, um papel instrumental na concretização da iniciativa OBOR nos PALOP, no segmento do continente africano.

Ora, para que a existência do Fórum não perca credibilidade nem seja posta em causa, a China deveria no futuro acomodar a utilidade política e geoestratégica que confere quando instrumentaliza este mecanismo com os objectivos formulados para a criação, existência e funcionamento do mesmo, vertente económica que é essencialmente do interesse dos PLP que seja potenciada.

Para contrabalançar a postura chinesa de modo a mais e melhor usufruir do Fórum em benefício próprio, os PALOP, e Moçambique no caso particular da presente investigação, deveriam definir de forma mais estruturada e visível, no âmbito de uma política externa global para as relações com a China, uma política externa bilateral, por um lado, e uma política externa via Fórum de Macau, por outro. Para que, depois, a postura deste grupo de países às iniciativas chinesas por intermédio da instituição não seja meramente reactiva. De facto, Francisca Reino, a delegada representante de Moçambique no Fórum, defende que a cooperação a acontecer via Macau deve ser bilateral e não unilateral, devendo existir não só sentido Macau-China mas também no sentido Macau-PLP (excerto da entrevista a Francisca Reino), e que mais do que potenciar o lado político deve ser potenciado o lado económico da instituição (excerto da entrevista a Francisca Reino).

Sendo que a RAEM está limitada nas dimensões da sua acção externa, expressas no artigo 136º da Lei Básica (Lei Básica da RAEM da RPC, 1993, p. 27), os campos de acção do Fórum, sediado na região, reflectem essa condição. A partir daí, este mecanismo vê a sua liberdade de acção limitada, o que não impede que a RAEM continue a consolidar a sua parte do investimento no mesmo e continue a chamar a si parte do protagonismo nas relações que pode proporcionar entre a China e os PALOP, para que ganhe relevância nacional e visibilidade internacional em prol do desenvolvimento regional.

Então, apesar de todas as intenções e compromissos firmados nos sucessivos trabalhos e encontros ocorridos no quadro do Fórum de Macau e tendo em conta, por um lado, os objectivos expressos aquando da sua criação e, por outro, a integração da RAEM na OBOR, o Fórum tem neste cenário uma carga útil diminuta e uma função meramente simbólica, sobretudo do ponto de vista económico das relações sino-lusófonas. Das actividades realizadas ao abrigo desta instituição resultam apenas e

essencialmente o estabelecimento de diálogos e contactos e a partilha de informações e de experiências entre as partes envolvidas, pois que praticamente tudo o resto de mais concreto continua a acontecer por via bilateral.

E, desse modo, ainda que sejam criadas dinâmicas de cooperação muitas vezes impossíveis de reproduzir do mesmo modo numa relação bilateral (Gaspar, 2009, p. 96) – entre a China e os PLP via Macau, entre Macau e os PLP e entre os próprios PLP – continuam a existir limitações que *“dificultam a atribuição ao Fórum Macau de funções específicas, complementares à agenda bilateral que os países de língua portuguesa estabelecem com Pequim”* (Mendes, 2013, p. 292) pois que o bilateralismo continua a prevalecer nas relações da RPC com a Lusofonia.

Posto isto, dentro da esfera do Fórum de Macau as relações sino-moçambicanas são muito pontuais e não reflectem o que se passa nas relações bilaterais, dado que Moçambique mantém com a China relações bilaterais em expressivo progresso e extremamente ricas em termos de conteúdos de cooperação, pelo que essas relações extravasam em muito as relações via Fórum de Macau.

Os principais beneficiados com o Fórum de Macau são, portanto a China, pelos contributos, ainda que de natureza simbólica, deste mecanismo para a concretização da OBOR e a RAEM, que assim consegue um papel mais relevante nas políticas de desenvolvimento nacional e de cooperação regional.

Concluindo, mais do que potenciar o incremento da cooperação económica e comercial, o Fórum de Macau é uma estrutura de institucionalização das relações China-PLP para além da óptica bilateral e reflecte, desse modo, o papel da diplomacia económica como *“um meio facilitador usado pelos Estados para impor e integrar a sua política externa nos países de recepção”* (Rodrigues, s.d., p. 5). Tendo a RAEM relevância na OBOR, o Fórum de Macau surge assim, no âmbito da política externa chinesa, como um enquadramento legitimador do posicionamento geoestratégico da RPC nos PALOP, na realidade de África, no século XXI e preenche essencialmente a necessidade de atribuir a Macau o factor simbólico que legitima a intervenção e a presença chinesa especificamente em Moçambique.

Referências Bibliográficas

- Livros

Alden, Chris (2007) – *China in Africa*. London/New York: Zed Books.

Ariza, Gustavo Rosales (2005) – *Geopolítica y Geoestrategia: Liderazgo y Poder - Ensayos*. Bogotá: Universidad Militar Nueva Granada.

Brzezinski, Zbigniew (1997) – *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.

Cavaleira, Fabio (2010) – *República imPopular da China: As Grandes Mudanças e os Grandes Dirigentes Desde Mao até ao Século XXI*. Lisboa: Editorial Presença.

Coutinho, Carla Pereira (2014) – *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática (2ª Edição)*. Coimbra: Almedina.

Couto, Abel Cabral (1988) – *Elementos de Estratégia, Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

Cunha, Luís (2012) – *A Hora do Dragão*. Lisboa: Zebra Publicações.

Dias, Carlos Manuel Mendes (2012). “Estratégia – Evolução do Conceito” in *Estratégia*, Volume XXI, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, pp. 265-294.

Hugon, Philippe (2015) – *Geopolítica de África*. Lisboa: Escolar Editora.

Kurlantzick, Joshua (2007) – *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming The World*. New York: Yale University Press.

Magalhães, José Calvet de (1982) – *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Associação Portuguesa Para os Estudos das Relações Internacionais.

Michel, Serge & Beuret, Michel (2009) – *O Safari Chinês: Pequim à Conquista do Continente Negro*. Alfragide: Dom Quixote.

Moreira, Adriano (2014) – *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.

Moyo, Dambisa (2013) – *A China e a Corrida aos Recursos: O Vencedor Leva Tudo*. Lisboa: Bertrand Editora.

Nye Jr., Joseph S. (2004) – *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

Ribeiro, António Silva (2010) – *Teoria Geral da Estratégia: O Essencial ao Processo Estratégico*. Coimbra: Almedina.

Romana, Heitor Barras (2005) – *República Popular da China – A Sede do Poder Estratégico: Mecanismos do Processo de Decisão*. Coimbra: Almedina.

Santos, Victor Marques dos (2014) – *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Santos, Victor Marques dos Santos & Ferreira, Maria João Militão (2012) – *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP-UTL.

Veríssimo, Gilberto (2013) – *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.

- Capítulos de obras colectivas

Alves, Ana (2009) – “O Fórum Macau: Motivações Subjacentes, Institucionalização e Dinâmica” em Instituto do Oriente (coord.) – *Macau – O Elo China/PALOP's*. Lisboa: ISCSP-UTL, pp. 19-53.

Bunkenborg, Mikkel (2012) – “Será Tudo Parte de um Grande Plano? Encontros Etnográficos com os Chineses em Moçambique” em Chichava, Sérgio & Alden, Chris (organização) – *A Mamba e o Dragão*. Maputo: IESE, pp. 81-98.

Leal, Catarina Mendes (2014) – “Diplomacia Económica” em Mendes, Nuno Canas & Coutinho, Francisco Pereira (org.) – *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Nóbrega, Álvaro (2009) – “O Parente Asiático: O Papel de Macau no Contexto das Relações Sino-Guineenses” em Instituto do Oriente (coord.) – *Macau – O Elo China/PALOP’s*. Lisboa: ISCSP-UTL, pp. 127-150.

Piteira, Carlos (2009) – “A República Popular da China no Contexto das Relações com a República de Moçambique no âmbito do Fórum Macau/RPC/PLP” em Instituto do Oriente (coord.) – *Macau – O Elo China/PALOP’s*. Lisboa: ISCSP-UTL, pp. 89-124.

Roque, Paula & Alden, Chris (2012) – “China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração” em Chichava, Sérgio & Alden, Chris (organização) – *A Mamba e o Dragão*. Maputo: IESE, pp. 11-32.

Santos, Victor Marques dos (2009) – “Diplomacy, “Old” and “New”. On the Concept of Economic Diplomacy” em Costa, Carla Guapo (org.) – *New Frontiers for Economic Diplomacy*. Lisboa: ISCSP-UTL.

- Publicações periódicas

Revista Macau: Outubro 2015; Dezembro 2015; Outubro 2016

Novidades da Plataforma: Setembro 2016

Macao Magazine: July 2016; September 2016

Boletim Trimestral do Fórum de Macau: Outubro 2016; Dezembro 2016; Primavera 2017

- Artigos de publicações periódicas

Horta, Loro (2012). The Macau Forum: a Chinese diplomatic success. *East Asia Forum – Economics, Politics and Public Policy in East Asia and the Pacific*, pp. 1-3.

Keck, Zachary (2013). *The Hard Side of Soft Power*. Retirado de <http://thediplomat.com/2013/07/the-hard-side-of-soft-power/>. Data de Acesso: 11 de Abril de 2015.

Lalbahadur, Aditi & Otto, Lisa (2013). Mozambique's Foreign Policy: Pragmatic Non-Alignment as a Tool for Development. *South African Institute of International Affairs*, Occasional Paper No. 160, pp. 1-26.

Martins, Raúl François (1996). Geopolítica e Geoestratégia: O Que São e Para Que Servem. *Nação e Defesa*, nº 78, pp. 23-78.

Mendes, Carmen Amado (2013). A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. *Nação e Defesa*, 134(5ª), pp. 279-296.

Rodrigues, Helena (s.d.). A Afirmação da China em África e a Utilização de Macau como Plataforma de Aproximação aos Países Lusófonos. *Centro de Estudos Sociais (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)*, pp. 1-28.

- Fontes electrónicas

CCILC (2013). *Fórum Macau – Rita Santos faz o balanço dos 10 anos*. Retirado de: <http://www.ccilc.pt/pt/news/institutional/forum-macau-rita-santos-faz-o-balanco-dos-10-anos>. Data de acesso: 23 de Maio de 2017.

Fórum de Macau (2017a). *Fórum de Macau – Apresentação*. Retirado de: <http://www.forumchinaplp.org.mo/about-us/mission-and-objectives/?lang=pt>. Data de acesso: 2 de Abril de 2017.

Fórum de Macau (2017b). *FMI revê em alta projecção de crescimento da China para 6,5% em 2017*. Retirado de: <http://www.forumchinaplp.org.mo/imf-raises-this-years->

forecast-for-mainland-economic-growth-to-6-5-pct/?lang=pt. Data de acesso: 22 de Janeiro de 2017.

Fórum de Macau (2017c). *Conferências Ministeriais*. Retirado de: <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/?lang=pt>. Data de acesso: 17 de Maio de 2017.

Fórum de Macau (2017d). *Estrutura*. Retirado de: <http://www.forumchinaplp.org.mo/about-us/organisational-structure/?lang=pt>. Data de acesso: 17 de Maio de 2017.

IPIM (s.d.). *“Portal de Informação” – Coordenando com os “Três Centros” e desempenhando a função de sinergia dos serviços on-line e off-line, com vista a ajudar as empresas na exploração de oportunidades de negócios*. Retirado de: <http://www.ipim.gov.mo/pt-pt/noticias-do-ipim/portal-de-informacao-coordenando-com-os-tres-centros-e-desempenhando-a-funcao-de-sinergia-dos-servicos-on-line-e-off-line-com-vista-a-ajudar-as-empresas-na-explo/>. Data de acesso: 15 de Junho de 2017.

Leandro, Francisco (2016). Paper apresentado na “8th Guangdong Hong Kong Macau Sustainable Development Conference”.

Lei Básica da RAEM da RPC (2012). Retirado de: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-BASICA-1993.pdf>. Data de acesso: 2 de Abril de 2017.

Macauhub, (2015a). *Financiamento da China a Moçambique aumentou 160% em 2 anos*. Retirado de: <https://macauhub.com.mo/pt/feature/chinese-financing-to-mozambique-increases-160-pct-in-2-years/>. Data de acesso: 25 de Abril de 2017.

Macauhub (2016a). *Cabo Verde e Moçambique entre os países africanos mais favoráveis aos interesses da China*. Retirado de: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2016/11/07/cabo-verde-e-mocambique-entre-os-paises-africanos-mais-favoraveis-aos-interesses-da-china/>. Data de acesso: 9 de Janeiro de 2017.

Macauhub (2016b). *Conferência ministerial do Fórum de Macau foi uma das mais produtivas de sempre.* Retirado de: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2016/10/13/conferencia-ministerial-do-forum-de-macau-foi-uma-das-mais-produtivas-de-sempre/>. Data de acesso: 22 de Janeiro de 2017.

Macahub (2016c). *China e Moçambique estreitam laços económicos perante recuo de doadores ocidentais.* Retirado de: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2016/05/17/china-e-mocambique-estreitam-lacos-economicos-perante-recuo-de-doadores-ocidentais/>. Data de acesso: 9 de Janeiro de 2017.

Macauhub (2016d). *Apoio financeiro da China à África de língua portuguesa ascende a 22,6 mil milhões de dólares.* Retirado de: <https://macauhub.com.mo/pt/feature/financial-support-from-china-to-portuguese-speaking-africa-totals-us22-6-billion/>. Data de Acesso: 30 de Março de 2017.

Macauhub (2017a). *Países de língua portuguesa “estrelas” do crescimento económico em África em 2017.* Retirado de: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2017/01/23/paises-de-lingua-portuguesa-%E2%80%9Cestrelas%E2%80%9D-do-crescimento-economico-em-africa-em-2017/>. Data de acesso: 30 de Janeiro de 2017.

Macauhub (2017b). *Investimento chinês em Moçambique aproxima-se de 6000 milhões de dólares.* Retirado de: <https://macauhub.com.mo/pt/2017/03/17/chinese-investment-in-mozambique-is-close-to-us6-billion/>. Data de acesso: 27 de Abril de 2017.

Macauhub (2017c). *Moçambique enfrenta uma situação financeira delicada em período de estabilização política.* Retirado de: <https://macauhub.com.mo/pt/feature/pt-mocambique-enfrenta-uma-situacao-financiera-delicada-em-periodo-de-estabilizacao-politica/>. Data de acesso. 15 de Junho de 2017.

Macauhub (2017d). *Fórum de Macau garante apoio ao desenvolvimento de Moçambique.* Retirado de: <https://macauhub.com.mo/pt/2017/06/16/pt-forum-de-macau-garante-apoio-ao-desenvolvimento-de-mocambique/>. Data de acesso: 15 de Julho de 2017.

Martins, Dora A. E. (s.d.). *Macau na encruzilhada das rotas sino-lusófonas*. Retirado de: <http://www.observatoriodachina.org/images/papers/p.pdf>. Data de acesso: 9 de Janeiro de 2017.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – MINEC (2013). *Ministro Baloi: Fórum de Macau decisivo na promoção do desenvolvimento sócio-económico*. Retirado de:

http://www.minec.gov.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=712&Itemid=1. Data de acesso: 31 de Outubro de 2015.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – MINEC (2016a). *Primeiro-Ministro: o Fórum Macau é um mecanismo complementar de cooperação bilateral*. Retirado de: <http://www.minec.gov.mz/index.php/imprensa/destaques/157-primeiro-ministro-o-forum-macau-e-um-mecanismo-complementar-de-cooperacao-bilateral>. Data de acesso: 30 de Março de 2017.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – MINEC (2016b). *Moçambique e China estabelecem parceria estratégica para cooperação global*. Retirado de: <http://www.minec.gov.mz/index.php/imprensa/destaques/91-mocambique-e-china-estabelecem-parceria-estrategica-para-cooperacao-global>. Data de acesso: 15 de Junho de 2017.

Observador (2016a). *China perdoa quatro milhões de euros de dívida de Moçambique*. Retirado de: <http://observador.pt/2016/06/13/china-perdoa-quatro-milhoes-de-euros-de-divida-de-mocambique/>. Data de acesso: 9 de Janeiro de 2017.

O País (2016a). *China diz estar pronta para ajudar Moçambique a ultrapassar a crise*. Retirado de: <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/41961-china-diz-estar-pronta-para-ajudar-mocambique-a-ultrapassar-a-crise.html>. Data de acesso: 25 de Abril de 2017.

O País (2017a). *Comércio entre Moçambique e China cresce 2.24% em Janeiro*. Retirado de: <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/43976-comercio->

entre-mocambique-e-china-cresce-224-em-janeiro.html. Data de acesso: 25 de Abril de 2017.

Plano de Acção 2003-2006 (2003). Retirado de: http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2014/11/Plano-de-Ac%C3%A7%C3%A3o_1%C2%AA-Confer%C3%Aancia-Ministerial1.pdf. Data de acesso: 12 de Fevereiro de 2017.

Plano de Acção 2007-2009 (2006). Retirado de: http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2014/11/Plano-de-Ac%C3%A7%C3%A3o-2007-2009_2%C2%AA-Confer%C3%Aancia-Ministerial.pdf. Data de acesso: 12 de Fevereiro de 2017.

Plano de Acção 2010-2013 (2010). Retirado de: http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2014/11/Plano-de-Ac%C3%A7%C3%A3o-2010-2013_3%C2%AA-Confer%C3%Aancia-Ministerial.pdf. Data de acesso: 12 de Fevereiro de 2017.

Plano de Acção 2014-2016 (2013). Retirado de: http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2014/11/Plano-de-Ac%C3%A7%C3%A3o-2014-2016_4%C2%AA-Confer%C3%Aancia-Ministerial.pdf. Data de acesso: 12 de Fevereiro de 2017.

Plano de Acção 2017-2019 (2016). Retirado de: http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2016/11/161109_PT_PlanodeAccao2017-2019_Final.pdf. Data de acesso: 12 de Fevereiro de 2017.

Portal do Governo de Moçambique (2016a). *Moçambique e China unidos numa "parceria estratégica global"*. Retirado de: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Mocambique-e-China-unidos-numa-parceria-estrategica-global>. Data de acesso: 9 de Janeiro de 2017.

Portal do Governo de Moçambique (2016b). *PM no Fórum Macau para mobilizar mais investimentos*. Retirado de: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/PM-no-Forum-Macau-para-mobilizar-mais-investimentos>. Data de acesso: 30 de Abril de 2017.

Revista Macau (2014a). *Moçambique abre consulado em Macau*. Retirado de: <http://www.revistamacau.com/2014/10/27/mocambique-abre-consulado-em-macau/>. Data de acesso: 1 de Maio de 2017.

Revista Macau (2014b). *Moçambique abre portas para a China em Macau*. Retirado de: <http://www.revistamacau.com/2014/12/10/mocambique-abre-portas-para-a-china-em-macau/>. Data de acesso: 15 de Julho de 2017.

Revista Macau (2017a). *Moçambique e China: Parceiros inquestionáveis*. Retirado de: <http://www.revistamacau.com/2017/06/05/mocambique-e-china-parceiros-inquestionaveis/>. Data de acesso: 15 de Julho de 2017.

Revista Macau (2017b). *Fundo chinês para investimentos lusófonos aprecia mais de 20 projectos*. Retirado de: <http://www.revistamacau.com/2017/06/02/fundo-chines-para-investimentos-lusofonos-aprecia-mais-de-20-projectos/>. Data de acesso: 15 de Julho de 2017.

Sapo Notícias (2016). *Moçambique e China apostados em consolidar cooperação económica bilateral*. Retirado de: <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/11110519052016190357.html>. Data de acesso: 30 de Março de 2017.

Sessão de Apresentação sobre o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-PLP (2013). Retirado de: http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2017/03/CPD-Fund-Seminar_PPT1_20170125_PT.pdf. Data de acesso: 10 de Março de 2017.

- Dissertações:

Gaspar, Sofia Liliana Fernandes (2009). *Fórum de Macau: um Novo Instrumento de Política Externa da República Popular da China?*. Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Apêndices

Excertos do registo de notas durante a entrevista à Dra. Francisca Reino
Delegada representante da República de Moçambique no Fórum de Macau
28 de Outubro de 2016, sede do Secretariado Permanente, RAEM

Em entrevista não gravada, abordámos a Dra. Francisca Reino enquanto Delegada representante da República de Moçambique no Secretariado Permanente do Fórum de Macau sobre diversas questões, a saber:

A posição de Moçambique relativamente ao Fórum de Macau – valor, interesse e usufruto da instituição por parte do país africano:

- Moçambique apoia o Fórum e contribui para o mesmo desde a sua criação em 2003;
- Moçambique usufrui do produto do Fórum de Macau em algumas áreas: formação não curricular, bolsas de estudo e oportunidades de intercâmbio;
- O Fórum deve fomentar a internacionalização das empresas dos PLP porque as empresas chinesas conseguem penetrar com mais facilidade os mercados e os sectores empresariais dos PLP do que as empresas destes implantar-se no mercado chinês;
- O empresariado moçambicano não é grande o suficiente para se inserir e se implantar no vasto e competitivo mercado chinês;
- Quem implementa os projectos em Moçambique são os chineses mas a legislação de trabalho em Moçambique está bem definida em termos da percentagem de mão-de-obra local que deve ser obrigatoriamente utilizada nesses projectos.

Os desafios que o Fórum de Macau e os países participantes enfrentam nos próximos anos, depois da 5ª Conferência Ministerial:

- Os resultados do Fórum começarão a ser visíveis apenas daqui a cerca de 20 anos;
- Depois da 5ª Conferência Ministerial os empresários ficaram animados;
- O Fórum de Macau ainda está longe das metas de integração cultural e nesse âmbito deve haver mais investimento no bilinguismo;
- Há vontade política mas essa não se reflecte na prática;
- É necessário envolver mais o Fórum de Macau no sector empresarial e vice-versa;
- Ainda existe incapacidade de adaptação a normas e regulamentos e dificuldades de concertação entre as legislações em matéria de investimentos e direito fiscal vigentes

nos PLP e as da China, pelo que o Fórum e todos os agentes envolvidos – governos, empresas e instituições – devem trabalhar em prol da concretização da concertação;

- As semanas dinâmicas de cooperação empresarial que ocorrem no interior da China deviam ocorrer também nos PLP;

- O investimento está todo no continente no sentido RAEM-RPC e este deve também ser direccionado para no sentido RAEM-PLP;

- O Fórum deve ter um plano melhor definido e mais estruturado para ter um papel mais visível e definido enquanto plataforma para a cooperação entre a China e os PLP;

- É necessário providenciar mais e melhor formação de RH para criar condições para a sustentabilidade e desenvolvimento social;

- Deve haver mais trabalho de identificação e implementação de projectos concretos para promover reais parcerias entre as empresas chinesas e as empresas dos PLP por intermédio do Fórum;

- Sem o empresariado o conceito “Uma Plataforma, Três Centros” não tem valor: o conceito foi criado (foi-lhe dado nome) + o trabalho está a ser feito e é para manter + a sustentabilidade é o desafio para o futuro;

- A cooperação de Macau deve ser bilateral e não unilateral, no sentido em que para além de acontecer no sentido Macau-China deve acontecer no sentido Macau-PLP;

- Mais do que o lado político deve ser potenciado o lado económico do Fórum.

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT